

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC**  
**CENTRO SOCIOECONÔMICO – CSE**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ALEXANDRE SÉRGIO MANGANDA**

**ESTUDO SOBRE RELAÇÃO DA RENDA E POUPANÇA E MODELO  
ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE ANGOLA**

Florianópolis, SC

2019

**ALEXANDRE SÉRGIO MANGANDA**

**ESTUDO SOBRE RELAÇÃO DA RENDA E POUPANÇA E MODELO  
ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE  
ANGOLA**

Monografia submetida ao curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal de Santa  
Catarina, como requisito parcial para a obtenção  
do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.  
Orientador: Prof. Dr. Guilherme de Oliveira

Florianópolis, SC.

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Manganda, Alexandre Sérgio

Estudo sobre relação da renda e poupança e modelo  
estratégico de desenvolvimento socioeconômico de angola /  
Alexandre Sérgio Manganda ; orientador, Guilherme de  
Oliveira , 2019.  
92 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade  
Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação  
em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Desenvolvimento socioeconômico  
. I. de Oliveira , Guilherme . II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

ALEXANDRE SÉRGIO MANGANDA

**ESTUDO SOBRE RELAÇÃO DA RENDA E POUPANÇA E MODELO  
ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE  
ANGOLA**

A banca examinadora resolver atribuir a nota 9 (Nove) ao aluno Alexandre Sérgio Manganda na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Guilherme de Oliveira Orientador

---

Prof. Dr. Valdir Alvim da Silva Membro da Banca

---

Prof. Dr. Marcos Alves Valente Membro da Banca

Este trabalho dedicado aos meus queridos pais Esperança Lufuma Manganda e Sérgio Manganda que desde cedo me ensinaram a trilhar no caminho da busca pelo conhecimento.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao meu grande Criador (Jeová) pelo dom da vida, e pelas infinitas oportunidades que me proporciona todos os dias ao despertar do sol e por me possibilitar triunfar ao percorrer este caminho longo.

Em segundo quero agradecer aos meus pais maravilhosos Sérgio Manganda & Esperança Lufuma Manganda, pelo amor, carinho, incentivo e apoio incondicional.

Agradeço ao meu orientador Prof. Guilherme de Oliveira, a quem devo imenso o resultado dessa pesquisa, pela inspiração no pensar “fora da caixa”, e pelo tempo dedicado durante a orientação desse trabalho. Pela disponibilidade e paciência que demonstrou logo de início em trabalhar comigo, pelo empenho, rigor que sempre evidenciou e com que me auxiliou ao longo de todo o trabalho, e por compreender a minha dificuldade como estudante, estou grato eternamente por despertar em mim o gosto pela pesquisa.

Aos meus professores do Departamento de Economia e Relações Internacionais, pelo conhecimento transmitido ao longo desses quatro anos de formação. Fica aqui também manifestado o meu profundo agradecimento aos meus colegas do curso de Economia que me auxiliaram ao longo desses anos de formação.

Agradeço também a minha querida Eunice, que me encontrou no meio desta caminhada e desde então se tornou minha maior incentivadora pelo seu carinho, sempre apoiando e aguentando todo meu mau humor no final do curso, o meu muito obrigado.

De maneira afetuosa agradeço ao casal Caetano que numa fase difícil da minha adaptação no Brasil me ofereceram seu abraço, guardarei vosso gesto e carinho em meu coração.

Por fim, e não menos importante devo agradecer as amigas que fiz através da UFSC, inclusive aos meus conterrâneos, e a todos os que contribuíram para a concretização deste trabalho, muito obrigado.

“Negativismo faz parte do positivismo porque ela se resumi da seguinte maneira. Mostrando que algumas pessoas marcam a nossa vida para sempre, umas porque nos vão ajudando na construção, outras porque nos apresentam projetos de sonho e outras ainda porque nos desafiam a construí-los ”

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Paulo Freire

## RESUMO

A redução da pobreza é uma das maiores preocupações dos países membros das Nações Unidas. A pobreza é um fenômeno muito discutido e sem soluções imediatas. As suas causas encontram-se numa complicação de situações locais conjugadas com circunstâncias nacionais e internacionais. A pesquisa Conclui-se que Angola encontra-se com vários problemas de caráter social, nomeadamente a pobreza a desigualdade e a exclusão social e deixou as margens de muitos angolanos em miséria, esta situação está ligada questões históricas. O estudo apoia - se em fontes bibliográficas e documentais, no sentido de apontar os impactos que derivam da pobreza em Angola cujos resultados evidenciam sintomas de *poor people*. A pesquisa bibliográfica e documental explorou artigos de periódicos, livros e documentos disponibilizados por instituições governamentais, como o Ministério de Economia, Instituto Nacional de Estatísticas e Ministério das Finanças. O presente trabalho contextualizou em detalhe o quadro de planeamento e os impactos das principais estratégias de combate à pobreza em Angola permitindo a identificação dos pontos fortes e fraquezas na área execução do Estado angolano, mecanismos de governação. A partir destas análises identifica alguns aspectos centrais em que se devem alicerçar uma estratégia de combate à pobreza mais eficaz. Estes incluem responsabilização, um planeamento e uma gestão orientada para os resultados e baseado numa forte componente de avaliação das evidências para as definições das prioridades nas estratégias de combate à pobreza, a inserção do sistema normativo do planeamento nacional, a qualificação do capital humano. O conhecimento produzido pretende ser um contributo para o desenvolvimento socioeconómico na estratégia de combate à pobreza em Angola.

**Palavras Chaves:** Estratégias de desenvolvimento socioeconómico. Superá-la. Armadilha de pobreza em Angola.

## ABSTRACT

Poverty reduction is one of the major concerns of UN member countries. Poverty is a much discussed phenomenon with no immediate solutions. Their causes lie in a complication of local situations combined with national and international circumstances. The research concludes that Angola has several social problems, namely poverty, inequality and social exclusion and left the margins of many Angolans in misery, this situation is linked to historical issues. The study relies on bibliographic and documentary sources, in order to point out the impacts that derive from poverty in Angola whose results show symptoms of poor people. The bibliographic and documentary research explored journal articles, books and documents made available by government institutions, such as the Ministry of Economy, the National Institute of Statistics and the Ministry of Finance. The present work contextualized in detail the planning framework and the impacts of the main anti-poverty strategies in Angola allowing the identification of strengths and weaknesses in the Angolan State execution area, governance mechanisms. From these analyzes, it identifies some key aspects on which to base a more effective anti-poverty strategy. These include accountability, results-oriented planning and management based on a strong evidence evaluation component for priority setting in anti-poverty strategies, the insertion of the normative system of national planning, the qualification of human capital. The knowledge produced is intended to be a contribution to socioeconomic development in Angola's anti-poverty strategy.

**Keywords:** Socioeconomic Development Strategies. Overcome it. Poverty Trap in Angola.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Angola .....	23
Figura 2: PIB de Angola 1975 - 2012 .....	24
Figura 3: Crescimento do PIB de Angola % 1975 - 2012 .....	25
Figura 4: PIB per capita de Angola 1975 - 2012 .....	26
Figura 5: Crescimento do PIB de Angola.....	29
Figura 6: PIB per capita de Angola 2018 .....	30
Figura 7: IDH de Angola 2000 – 2017.....	33
Figura 8: Incidência da pobreza, % população total por Província (Estados) de Angola 2014. ....	42
Figura 9: Incidência da pobreza nas zonas Urbanas – Rurais de Angola 2014. ....	43
Figura 10: Idade, Sexo e área de residência da pobreza em Angola em % 2014. ....	44
Figura 11: Incidência da pobreza 2014, % população total de Homens/Mulheres ....	44
Figura 12: Proporção do total das despesas públicas com serviços essenciais (educação, saúde e proteção social de Angola 2014 – 2016). ....	45
Figura 13: Taxa de mortalidade infantil Angolana (mortes/1.000 nascimentos normais ( 2000 – 2017))......	47
Figura 14: % de incidência por VIH por 1 000 habitantes 2017.....	47
Figura 15: Taxa de incidência de tuberculose por 100 000 habitantes 2017.....	48
Figura 16: Incidência de malária por 1 000 habitantes (2015 – 2017).....	49
Figura 17: Taxa líquida de frequência escolar por nível de ensino, Primário e Secundário 2017.....	50
Figura 18: Frequência no ensino pré-escolar por idade 2017.....	51
Figura 19: % dos jovens de 15-24 anos que frequentam a escola 2017 .....	51
Figura 20: Índices de paridade no ensino secundário 2017 .....	52
Figura 21: Percentagem da população de 15 anos e mais que possui pelo menos o ensino primário completo 2017.....	52
Figura 22: Proporção de professores com formação pedagógica por nível de ensino 2018 .....	53
Figura 23: % de Alfabetismo da População com 15 ou mais Anos por Província 2017 -2018.....	54
Figura 24: % de participação na força de trabalho de Angola 2017. ....	55
Figura 25: Proporção da população com 15 ou mais anos com emprego não agrícola 2017. ....	55
Figura 26: População empregada com 15 ou mais anos de idade a procura de outro emprego 2017.....	56
Figura 27: Orfandade e situação de residência das crianças 2017.....	57
Figura 28: Bens que possui o agregado .....	57
Figura 29: Número de refeições por dia 2014.....	58
Figura 30: Percentagem da população com acesso a fonte de água apropriada para beber por área de residência 2017. ....	59
Figura 31: Distribuição percentual da população por fonte de água apropriada para beber. ....	60
Figura 32: Coeficiente de Gíni.....	60
Figura 33: Angola - Expectativa de vida à nascença ( 1960 - 2016). ....	61
Figura 34: Percentagem de agregados familiares com acesso a instalação sanitária adequada, segundo a área de residência 2017.....	62
Figura 35: Percentagem de agregados familiares com acesso a um lugar de lavar as mãos, segundo a área de residência.....	63

Figura 36: Percentagem de agregados familiares com acesso a eletricidade, segundo a área de residência 2017.....	64
Figura 37: Distribuição percentual dos agregados familiares por principal fonte de iluminação.....	64
Figura 38: Percentagem de agregados familiares que usam energia renovável 2017.	65
Figura 39; Distribuição percentual dos agregados familiares por tipo de energia usada para cozinhar 2017. ....	66
Figura 40: Número de filhos por agregado familiar 2014. ....	67
Figura 41: Materiais usados na Construção de Habitação 2014. ....	68
Figura 42: Formas de Habitação 2014.....	69
Figura 43: Origem do Rendimento 2014. ....	70
Figura 44: Valor do Rendimento Mensal 2014.....	70
Figura 45: : Comparação Internacional da poupança das famílias em % do PIB (2018) .....	72
Figura 46: % de propensão para a poupança da população angolana 2018.....	72

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: PIB de Angola Comparação com outros Países no Mundo 2018.....	26
Tabela 2: PIB Comparação com outros países Africanos 2004 - 2016.....	28
Tabela 3: Demográfico de Angola em 2014. ....	30
Tabela 4: Prevalência da desnutrição crónica em crianças menores de 5 anos por província ( Idade, nível de escolaridade e nível de pobreza da mãe 2015 – 2016).....	46

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AKZ	Símbolo do Kwanza moeda de Angola
BNA	Banco Nacional de Angola
FMI	Fundo Monetário Internacional
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e
Agricultura	
IBEP	Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPH	Índice de Pobreza Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MINF	Ministério das Finanças
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PBSM	Plano Brasil Sem Miséria
PBF	Programa Bolsa Família
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	16
1.2 OBJETIVOS .....	19
1.2.1 Objetivo geral .....	19
1.2.2 Objetivos específicos .....	19
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	20
1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO .....	21
2 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DE ANGOLA .....	22
3 ASPECTOS TEÓRICOS DA ARMADILHA DA POBREZA .....	34
4 CARACTERÍSTICAS DA ARMADILHA DA POBREZA EM ANGOLA .....	41
5 CONTRIBUTOS PARA UM MODELO DE PLANEAMENTO DAS POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS DE COMBATE À POBREZA EM ANGOLA .....	75
6 CONCLUSÃO .....	86
REFERÊNCIAS .....	88

## 1INTRODUÇÃO

Desenvolvimento socioeconômico é um processo pelo qual ocorre uma variação positiva das variáveis quantitativas e qualitativas, (crescimento econômico: aumento da capacidade produtiva de uma economia medida por variáveis tais como produto interno bruto, produto nacional bruto), acompanhado de variações positivas, das variáveis sociais, do índice do desenvolvimento humano, de fato neste aspecto analisa-se o fenômeno da pobreza se é um fator limitante para o desenvolvimento socioeconômico de Angola (COWEN; SHENTON, 1996).

Angola é uma República soberana e independente desde 1975. Esta situada na parte ocidental da África, concretamente na zona Austral. A sua extensão é de 1.246.700 Km<sup>2</sup> e com uma faixa costeira de aproximadamente 1.650 km. O país faz fronteira ao norte com a República Democrática do Congo e a República do Congo, ao leste com a Zâmbia, ao sul com a Namíbia e ao oeste com o Oceano Atlântico (NGULUVE, 2010).

No ano de 1992, pode ser considerado como um marco da economia angolana, mas também um período conturbado, com o retorno da guerra civil. Durante esse período, a estrutura produtiva do país deteriorou-se a um ponto de quase paralisação de muitos dos sectores tradicionais. Mesmo diante desta situação de guerra, a taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 2,4% entre os anos 1975 e 2002 (PNUD, 2003).

Apesar de Angola ter sido um crescimento econômico alto em termos do Produto Interno Bruto (PIB), oriundo do grande fluxos de entrada de receitas do petróleo segundo relatório de Fundo Monetário Internacional (PNUD, 2014), a distribuição da renda é altamente assimétrica e os níveis de pobreza são elevados. O coeficiente do índice de Gíni é de 0,54 segundo Fundo das Nações Unidas para a Infância ( UNICEF, 2014), enquanto a pobreza rural e urbana representa 58% e 19%, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística respetivamente (INE, 2014).

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014 das Nações Unidas afirma que apesar dos recentes progressos na redução da pobreza, mais de 1,3 milhões de pessoas no mundo, vivem em situação de pobreza multidimensional, e em Angola

mais 36,6% da população, vivem em situação de pobreza multidimensional. (INE, 2014).

No caso de Angola, trata-se de um problema raramente questionado nas suas dinâmicas e implicações para o desenvolvimento, embora, frequentemente usada, como ponto de partida para a elaboração de estratégias nacional para desenvolvimento do país.

Ferreira (2013) contextualiza, que o país por força da pobreza multidimensional. Angola perde anualmente quase 400 milhões de dólares derivados do desemprego e praticamente 230 milhões por quebras de produtividade, ou seja, um total de 630 milhões de dólares, que equivale 10% do Produto Interno Bruto (PIB), Essas estimativas se apresentam como razões mais do que suficientes para se pensar e equacionar este fenômeno da pobreza em Angola, enquanto elemento de uma estratégia nacional de desenvolvimento socioeconômico.

A questão da pobreza é central para a teoria do desenvolvimento econômico. A pobreza é entendida como um fenômeno hermético que avança em vários sentidos. Nurkse (1957) Por exemplo, o “círculo vicioso” da pobreza significa que “um país é pobre porque é pobre”. Segundo este autor, se entende como círculo vicioso da pobreza, a dificuldade da formação de capital nos países atrasados, relacionadas tanto ao lado da oferta quanto ao lado da demanda de capital. E o ponto comum das relações circulares relativas à demanda e à oferta de capital é a condição inicial de baixo nível da renda real, refletida em baixa produtividade.

Sachs (2000), por sua vez classifica a armadilha da pobreza em três realidades: a relativa, a moderada e a extrema. Assim o autor, aponta que a mais preocupante é a pobreza extrema, que atinge um sexto da humanidade, localizada nos países periféricos subdesenvolvido, que não podem satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência. Sachs (2000) entende a armadilha de pobreza como uma situação em que os países de baixa renda *per capita*, e sem acesso ao comércio internacional e a mercados de financiamento, consomem praticamente tudo o que produzem, pouco sobrando para o Estado investir em serviços básicos e contribuir para a geração de investimentos produtivos e capital fixo.

Numa formulação que lembra o “círculo vicioso da pobreza” de Myrdal (1968), a ideia é a de que nessas regiões a capacidade produtiva está longe de acompanhar o crescimento da população, fazendo com que a poupança e o investimento se atrofiem continuamente, numa causação circular acumulativa. Myrdal (1968), afirma que em países subdesenvolvidos o Estado deve interferir em alguns setores nos quais a iniciativa privada deveria estar atuando e com eficiência, como ocorre nos países desenvolvidos.

O objetivo principal é aumentar a capacidade produtiva do país. O autor defende política econômica austera, com elevada tributação, para retirar parte do consumo para investir. Dessa forma, facilita-se a formação de poupança do governo que deve ser convertida em novas inversões. Por outro lado, ocorre o sacrifício do consumo corrente, com maior peso sobre a renda dos mais pobres. (NURKSE APUD MYRDAL, 1968.)

Segundo Rosenstein-Rodan (1961), afirma que para se tirar uma economia da estagnação e promover o seu desenvolvimento era necessário a realização de um conjunto de investimentos em uma gama variada de indústrias, promovendo-se verdadeiro ataque frontal, visando estimular um grande impulso na economia (*big push*), de sorte que os novos trabalhadores constituíram mercado para as novas atividades. Com diversas indústrias sendo criadas simultaneamente, cada uma delas encontraria mercado na própria região, por ocorrer uma expansão interna da massa salarial e pelo efeito-renda sobre o consumo (ROSENSTEIN-RODAN, 1961).

O Brasil serve como exemplo para outros países por criar programas de proteção social para as famílias mais vulneráveis, o Programa Bolsa de Família (PBF). Foi criado em Outubro de 2003 que tem como objetivo a transferência de renda para a população extremamente pobre. O programa visa a inclusão social dessa faixa da população brasileira, por meio da transferência de renda e da garantia de acesso a serviços essenciais.

Entretanto com o nível alto de pobreza que Angola assola o modelo proposto tem uma linha inspiradora, a implementação de uma cultura nacional de avaliação que dirige e motiva para este compromisso desde o mais alto nível hierárquico do Estado ao cidadão comum, é essencial os processos de monitoria e avaliação deve ter uma

metodologia participativa, consolida o empoderamento de todos os atores para uma governação centrada na justiça social. Pode dizer-se que há cada vez mais escrutínio civil das políticas públicas o que torna necessário introduzir modificações nos modelos de governação e planeamento das políticas de redução da pobreza em Angola. Segundo os dados oficiais e reconhecidos pelas Nações Unidas (ONU,2013), o Programa tirou da pobreza 22 milhões de pobres, levou à redução do índice de Gení de 0,558 para 0,498, a mortalidade infantil caiu 19,4%, a má nutrição diminuiu 58,2% e os casos diarreicos reduziram em 46,3%. Atualmente programam-se esforços para se instaurar uma cultura de avaliação nacional (IBGE, 2014). De fato é importante o governo angolano crie políticas como essas que favoreça a população que consiste na ampliação e promoção da assistência social para à redução da pobreza.

Diante do exposto o presente trabalho visa responder a seguinte questão: Quais são as características da armadilha de pobreza em Angola e as possíveis estratégias de desenvolvimento socioeconômico para superá-la?

## 1.2 OBJETIVOS

A presente seção apresenta o objetivo geral e os específicos.

### 1.2.1 Objetivo geral

Analisar as características da armadilha de pobreza em Angola e as possíveis estratégias de desenvolvimento socioeconômico para superá-la.

### 1.2.2 Objetivos específicos

Como objetivos específicos citam-se:

a) Revisar a literatura econômica que versa sobre armadilhas de pobreza e de desenvolvimento socioeconômico.

b) Realizar um levantamento de dados secundários e caracterizar armadilha da pobreza em Angola.

c) Avaliar as possíveis causas da pobreza e as possíveis estratégias de desenvolvimento socioeconômico para superá-la.

### 1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para análise dos fatos do ponto de vista empírico, ou seja, para confrontar a visão teórica com os dados da realidade, torna-se necessário traçar um modelo conceitual operativo da pesquisa. Esse modelo, conhecido como delineamento, refere-se ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, tendo como base o procedimento adotado para a coleta de dados (GIL,2002).

Segundo Vieira (1996), define a pesquisa qualitativa como aquela que se caracteriza, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados. Esse tipo de análise tem por base conhecimentos teórico e empírico que permite atribuir-lhe cientificidade.

Segundo o mesmo autor pesquisa quantitativa é aquela que se caracteriza pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados, e que tem como finalidade medir relações entre as variáveis. No estudo quantitativo, por sua vez, o pesquisador parte de um plano preestabelecido com hipóteses e variáveis claramente definidas. Procura medir e quantificar os resultados da investigação, elaborando-os em dados estatísticos.

O método usado nesse estudo é indutivo. Mostrando que método indutivo considera que o conhecimento é fundamentado na experiência, não importando os princípios preestabelecidos. No raciocínio indutivo, a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta. As constatações particulares levam à elaboração de generalizações. Assim, esse método indutivo realiza-se em três etapas: observação dos fenômenos, descoberta da relação entre eles e generalização da relação (MATIAS-PEREIRA, 2016).

Primeiramente, foi realizado uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Marconi e Lakatos (2007; p. 71), consiste em “[...] colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas”.

No que se refere à pesquisa, com foco principalmente nos objetivos relacionados a este estudo, caracteriza-se como descritiva. De acordo com (GIL, 2002, p. 42), este tipo de pesquisa “[...] tem como objetivo primordial a descrição das

características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Em complemento, Triviños (1987, p. 110), expõe que os estudos descritivos não ficam simplesmente na coleta, ordenação, classificação dos dados, eles podem estabelecer relações entre variáveis. Neste tipo de estudo o pesquisador necessita conhecer o assunto para assim, analisar os resultados sem a interferência pessoal.

Neste item apresenta-se os procedimentos metodológicos que favoreceram a realização da pesquisa, O trabalho utilizou uma combinação de dados quantitativos e qualitativos (RICHARDSON *et al.*, 2007), disponíveis nas instituições públicas angolana, com destaque: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura ( FAO), Banco Nacional de Angola ( BNA), Instituto Nacional de Estatística (INE) , Inquérito Integrado sobre o Bem Estar da População (IBEP), Ministério das Finanças, entre outras instituições nacionais. E também foram recolhidas informações em instituições internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD),.

O pesquisador esteve em Angola entre Julho e Agosto de 2019, onde realizou o levantamento de dados secundários, por meio da observação e consulta nos documentos e arquivos das instituições acima mencionadas.

#### **1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

A presente monografia está estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo, o da introdução, nele apresenta o tema e o problema de pesquisa, os objetivos (geral e específicos), a justificativa e a metodologia aplicada para o alcance dos resultados do trabalho. No segundo capítulo, apresenta características socioeconômicas de Angola. No terceiro capítulo, destaca aspectos teóricos da armadilha de pobreza . O quarto capítulo analisa as características da armadilha de pobreza em Angola. E, por último, no quinto capítulo, se discute resumidamente possíveis estratégias de combate a pobreza em Angola. Fazem ainda, parte do trabalho a conclusão, as referências bibliográficas.

## 2 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DE ANGOLA

O presente capítulo apresenta algumas características socioeconômicas do país e das mudanças estruturais que ocorreram desde a Independência em 1975, preparando o leitor para análise da pobreza em Angola e seus objetivos.

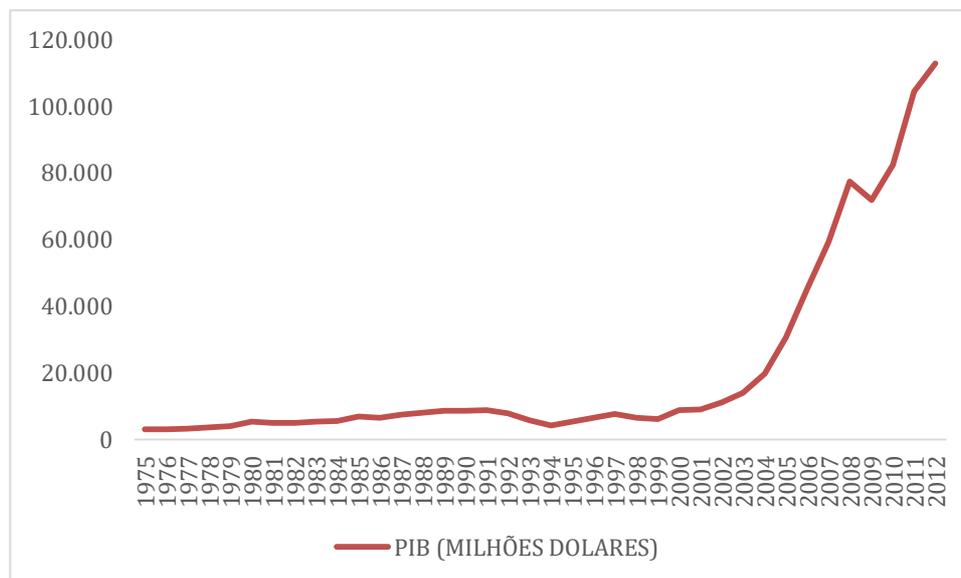
Angola é um país dotado de recursos naturais, em que o petróleo e os diamantes são responsáveis por mais de metade do Produto Interno Bruto (PIB) e por mais de 90% das suas exportações (PNUD, 2008).

A República de Angola, é a terceira maior nação a sul do Saara. Tem uma área de 1 246 700 km<sup>2</sup> (incluindo os 7 270 km<sup>2</sup> do enclave de Cabinda,). Angola é o maior dos países africano de língua portuguesa, e está situada na Costa Ocidental da África, fazendo fronteira com a Namíbia, República Democrática do Congo e Zâmbia (Figura 1). Segundo Nguluve (2010) Angola tem o formato aproximado de um quadrado, medindo 1 277 km de Norte a Sul e 1 236 km de Ocidente a Oriente (desde a foz do rio Cunene até à fronteira com a Zâmbia). A capital de Angola, Luanda, fica na costa atlântica, no noroeste do país (NGULUVE, 2010).

Angola tem 18 províncias (Estados subnacionais) que são: Uíge, Zaire, Lunda - Norte, Lunda-Sul, Malanje, Luanda, Benguela, Huambo, Huíla, Cabinda, Moxico, Kuanza-Norte, Kuanza-Sul, Bengo, Namibe, Quando-Cubango, Cunene e Bié. Mais de 75% da população pertence ao grupo étnico Bantu, que abrange os grupos etno-lingüísticos Kikongo, Quimbundo, Umbundo, Lunda-Tchokwe, Nganguela, N'haneca-humbe, Hereró, Ambós e Xindonga. Todos esses grupos se dividem em subgrupos de línguas, mas o português é a língua oficial (NGULUVE, 2010).



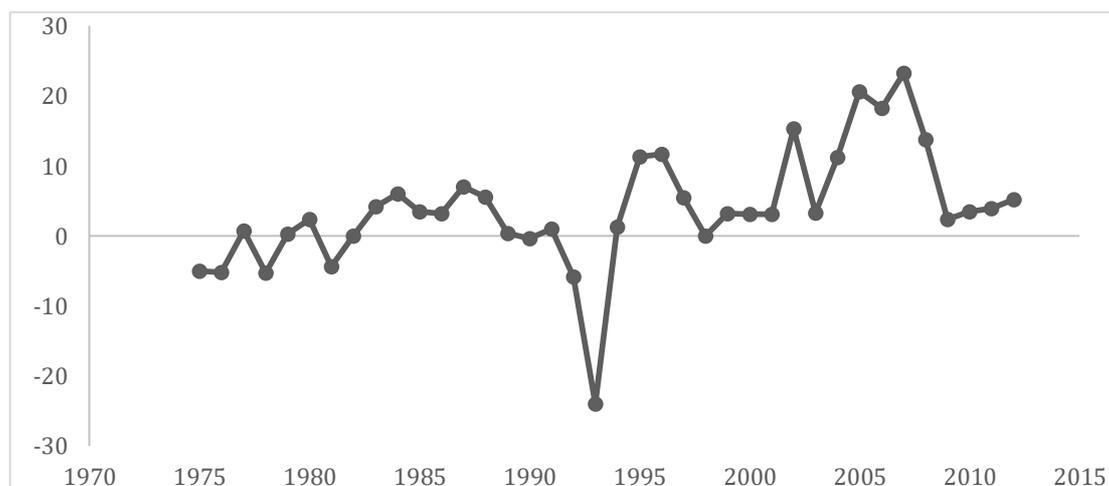
Figura 2: PIB de Angola 1975 - 2012



Fonte: Ministério das Finanças 2013.

Durante este período de 1975 a 2012 a economia angolana foi cíclica, teve os seus períodos bons e maus, sobe e desce, denominados por Schumpeter 1939 por ciclo económico: Boom, Recessão, Depressão e Recuperação. Cada momento marcado por seus reflexos na Economia, desde 1975 a 2012 o PIB teve seus altos e baixos, este período foi todo feito com uma guerra civil destruidora em vários sentidos como pano de fundo como nota-se na Figura 2. e a partir de 2002 a 2012 a Figura 2 mostra que Angola apresentou altas taxas de crescimento em torno dos 2 dígitos situando - se na lista dos países que mais cresceram, registando uma taxa de crescimento médio de 10%.

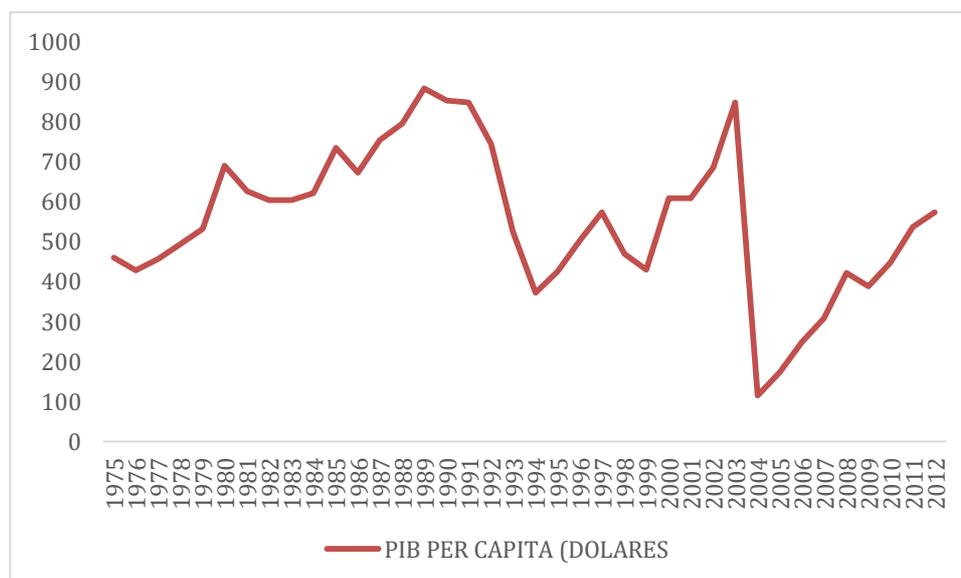
Figura 3: Crescimento do PIB de Angola % 1975 - 2012



Fonte: Ministério das Finanças 2013.

Este período observa-se o desempenho da taxa do crescimento do PIB da economia nacional tenha sido fraco já desde os primeiros anos após independência, é importante frisar o comportamento positivo do PIB a partir de 1983 cresceu 4,0% do PIB e de 1989 a 2002 O PIB decresceu em média -0,7 %. Se feita a média aritmética das variações anuais observando para Figura 3 percebe-se que, enquanto os primeiros setes anos foram de turbulências na economia, os demais anos daquele período foram de recuperação. Nos anos 1990 Angola viveu um período recessivo e também este período foi todo feito com uma guerra civil destruidora em vários sentidos como pano de fundo, e a partir de 2002 a 2012 a Figura 3 mostra que Angola apresentou altas taxas de crescimento em torno dos 2 dígitos situando - se na lista dos países que mais cresceram, registrando uma taxa de crescimento médio de 10%.

Figura 4: PIB per capita de Angola 1975 - 2012



Fonte: Ministério das Finanças 2013.

O PIB per capita de Angola como é factível observar na Figura N° 04, teve maior subida no ano 2007 a 2008 e uma queda em 2009. Em 2002, podemos observar a maior inclinação com uma queda do PIB per capita na Figura 4 porque representa o ano em que o Angola sai do período da guerra civil que durou mais de três décadas.

Tabela 1: PIB de Angola Comparação com outros Países no Mundo 2018

Países	Posição	PIB	Posição	População	Posição	PIB Per Capita(US\$)
EUA	1°	19.485.394	3°	326766748	9°	60055
China	2°	12.237.782	1°	1415045928	75°	8682
Índia	7°	2.575.667	2°	1354051854	145°	1923
Rússia	11°	1.577.524	9°	143964709	62°	10956

Brasil	8°	2.055.512	5°	200813818	70°	9821
Moçambique	128°	12.652	47°	30528673	189°	426
Nigéria	30°	375.770	7°	195875237	143°	1969
Angola	57°	126.506	46°	30774205	107°	4247
Marrocos	60°	109.709	40°	36191805	127°	3070
Croácia	78°	55.201	128°	4164783	59°	13177

Fonte: Ministério das Finanças 2018.

Nota-se na tabela 1. Mostra o desempenho da economia de Angola vem evidenciando os efeitos de vários fatores inerentes comparando com outros países no mundo. A tabela 1 revela ainda que Angola não só está fora do lugar mais alto do pódio quando se compara atividade econômica (PIB), mas também sai atrás em outros países em termos de ranking. Por Angola ser depende do petróleo, e por possuir uma população, que somava 30.774,205 milhões de pessoas, em 2018. Por exemplo a colocação de Angola em termos de PIB e a população é três vezes maior comparando a da Croácia, Marrocos e Moçambique em termos de ranking.

Tabela 2: PIB Comparação com outros países Africanos 2004 – 2016

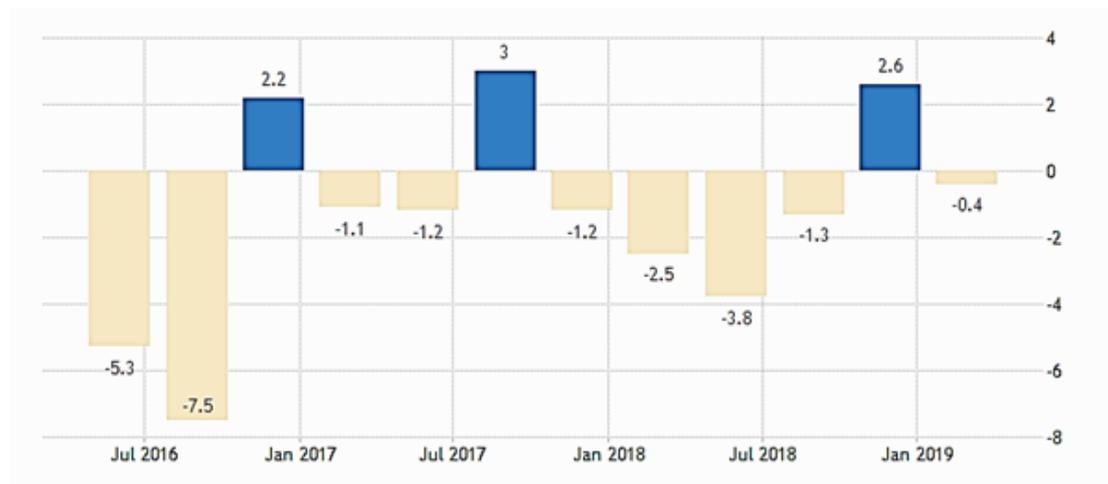
	<b>2004- 2008</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Média 04/13</b>	<b>Média 04/16</b>
ANGOLA	13,9	0,9	2,1	3,7	1,2	1,5	0,9	1,8	1,6
BOTSWANA	4,2	4,9	3	4,6	3,7	2,9	2,8	3,5	3,4
LESOTO	3,9	4,3	5	3,2	1,9	3,7	4,2	3,5	3,9
MAURITIUS	3,8	3,7	2,9	3	3,2	3,5	3,5	2,8	3,3
NAMIBIA	4,6	3,6	3,7	3,7	4,4	4,7	5,6	3,2	3,7
SEYCHELLES	3,7	6,7	4,8	5,4	1,8	2,4	2,6	3,5	3
SOUTH AFRICA	3,4	1,7	0,7	0,6	-0,1	0,4	0,5	1,2	1
SWAZILAND	4,1	-1,8	0,7	1,6	0,5	0,6	0,6	0,8	0,7
ZAMBIA	4,8	3,1	3,4	3,3	2	3,3	3,5	3,3	3,8
MOZAMBIQUE	4,8	4,8	4,4	4,8	4,7	4	5,4	3,6	4,5
TANZANIA	3,6	5,3	2,7	4,2	4,1	4,1	4	3,1	3,8
CONGO, DEM. REPUBL	3	3,8	4	5,3	5,9	6	5,3	3,1	3,8
MADAGASCAR	2,8	-1,4	0,2	-0,4	0,1	2,1	2,1	0,9	0,8
MALAWI	3	1,4	-1	2,3	2,7	2,5	2,8	2,4	2,5
ZIMBABWE	-8,3	9,1	7,8	3,3	2	1,7	1,6	5	3,5
SADC	4,4	2,3	1,7	2	1,3	1,7	1,7	2,1	1,9

Fonte: Ministério das Finanças 2017.

Conforme podemos observar na tabela 2 depois de 2004 e cuja manifestação mais óbvia foi à acentuada quebra na taxa de crescimento do PIB. De acordo com as estimativas do Governo, a taxa média de variação do Valor Agregado Nacional foi de

2,74% (contra 13,6% em 2008. A partir de 2011 em diante a economia angolana vem crescendo lento. Por exemplo comparando com Botswana ele cresceu mais em relação Angola.

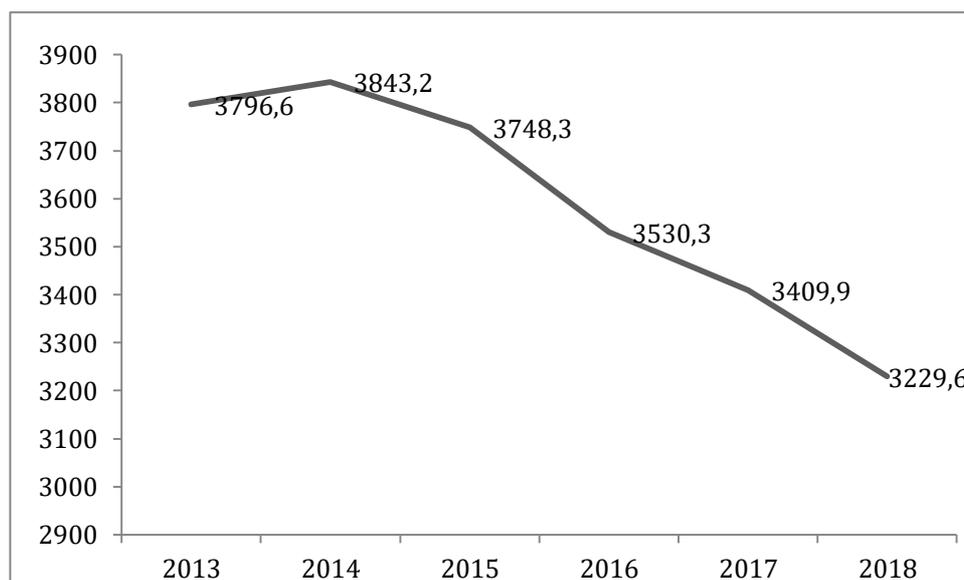
Figura 5: Crescimento do PIB de Angola (2016 – 2019)



Fonte: Ministério das Finanças (2018).

Recentemente como a Figura 5 nota-se como foi o desempenho da economia Angolana no ano de 2018, Depois de anos de forte crescimento da economia de Angola vive um período de instabilidade. Como é factível notar na Figura 5, no entanto essa desaceleração é causada pela queda dos preços do petróleo, produto que consiste no maior pilar da economia angolana. Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB estagnou em 2016, mas retomar o crescimento em 2017 com uma subida de 1,3%. Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real para 2018 em Angola tem-se revelado mais moderada do que o esperado (FMI, 2018).

Figura 6: PIB per capita de Angola 2018



Fonte: Ministério das Finanças (2018).

Como se observa na Figura 6 percebe PIB per capita de Angola decresceu em 2013 e 2014, para 5,86% e 2,31% PIB per capita e volta a decrescer de -2,01%, em 2015, para -5,49%, em 2016. Angola regista desde 2013 vem demonstrando uma desaceleração do seu crescimento económico (MINF,2018).

Angola possui uma extensão territorial demográfica muito desequilibrado; vastas regiões não tem habitantes, o que leva ter uma densidade demográfica muito baixa. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), Angola tem uma das mais baixas densidades demográficas, a nível mundial com um valor de 20,6 habitantes por km<sup>2</sup>, ocupando a posição 163 no conjunto dos 207 países das Nações Unidas (ONU), que inclui vários micro províncias. Conforme ultimo censo realizado em 2014 pelo INE, a população estimada de Angola é de 25.789.024 habitantes (INE, 2014). A província de Luanda é a mais habitada e tem 6.945.386 de residentes (cerca de 27% da população), (INE, 2014).

A distribuição da população recenseada em 2014 por províncias está exposta na tabela que se segue.

Tabela 3: Densidade demográfico de Angola por região área de residência Hab/Km<sup>2</sup> 2014.

	Total		Homem	Mulheres	

Província/ Área de Residência	Nº	%	%	%	Densidade Demográfica(Habitante/Km <sup>2</sup> )
Angola	25.789,02	100	100	100	19
Área Urbana	16.066.562	62,5	62,5	62,1	
Área Rural	9.722.462	37,7	37,5	37,9	
Províncias com Maior População	15.575.621	60,4	59,7	60,2	
Luanda	6.945.386	26,9	27,1	26,5	374,4
Huíla	2.497.422	9,7	9,5	9,8	29,9
Benguela	2.231.385	8,7	8,2	8,6	51,9
Huambo	2.019.555	7,8	7,6	7,9	56,9
Cuanza Sul	1.881.873	7,3	7,3	7,4	32,3
Províncias com Menos População	2.961.370	11,5	11,8	11,5	
Bengo	356.641	1,4	1,5	1,4	17,3
Cuanza	443.386	1,7	1,8	1,7	20,9

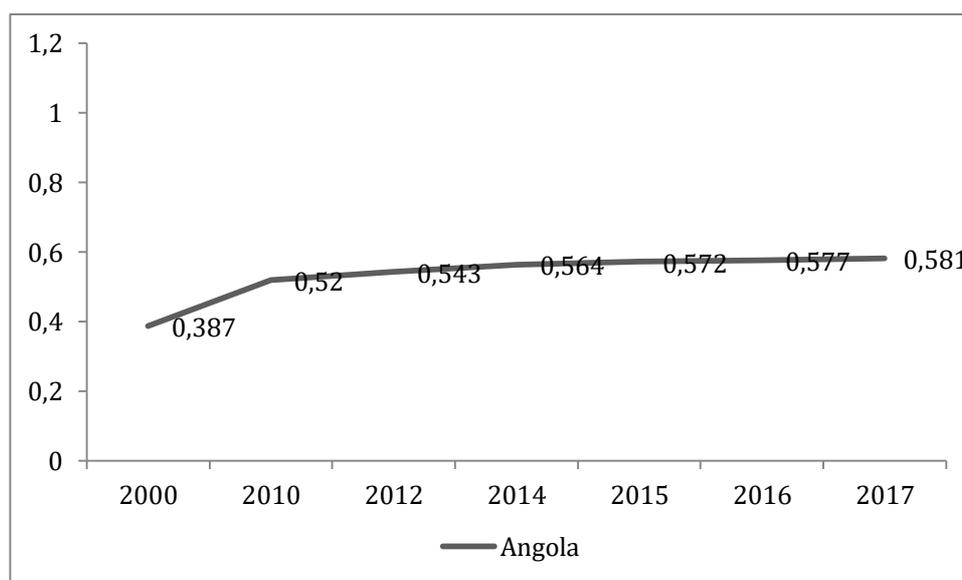
Norte					
Namibe	495.326	1,9	1,9	1,9	8,2
Lunda Sul	537.587	2,1	2,1	2,1	6,2
Cuando Cubango	534.002	2,1	2,1	2,1	2,5
Zaire	594.428	2,3	2,4	2,3	15,2
Outras Províncias	7.252.033	28,1	28,5	28,3	
Uíge	1.483.118	5,8	5,9	5,8	22,8
Bié	1.455.255	5,6	5,4	5,5	18,9
Cunene	990.087	3,8	3,8	4,1	12,5
Malanje	986.363	3,8	4	4	11,2
Lunda Norte	862.566	3,3	3,5	3,1	8,1
Moxico	758.568	3	3	3	3,6
Cabinda	716.076	2,8	2,9	2,8	94,4

Fonte: INE, 2014 (Dados Definitivos).

A tabela 3 mostra a dinâmica demográfica em níveis excepcionais das taxas de dependência demográfica da população jovem que se registam em Angola, conforme

revelado pelo Censo 2014. Por cada 110 adultos de 15 a 64 anos, temos quase tantos (93,8) jovens de menos de 15 anos. A taxa de dependência de jovens é em média de 78,9 na África Subsaariana. A estrutura etária da população com mais de 65 anos representa apenas 2% do total nacional. A idade média dos angolanos é de 20,6 anos (INE, 2014).

Figura 7: IDH de Angola 2000 – 2017



Fonte: Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano do PNUD, 2018.

Segundo ONU afirma que um país desenvolvido não apenas pela sua riqueza ou pelo seu Produto Interno Bruto - PIB, mas sobretudo pela qualidade de vida das populações. Logo, o IDH vem ser hoje o indicador mais relevante para a análise das condições de vida da população e para o cálculo das medidas que permitam compreender quanto de crescimento económico se transforma em desenvolvimento.

Como podemos observar na Figura 7 Angola emerge da classificação baixa para a classificação média no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O valor do IDH de Angola em 2017 foi de 0.581 colocando Angola na categoria de país de desenvolvimento humano médio, na posição 147 do total de 189 países e territórios. Entre os anos 2000 e 2017, o valor do IDH de Angola aumentou de 0.387 para 0.581, um aumento de 50.2% (PNUD, 2017).

### 3 ASPECTOS TEÓRICOS DA ARMADILHA DA POBREZA

O objetivo principal deste capítulo é discutir aspectos teóricos da armadilha da pobreza e caracterizá-la de modo absoluto, relativo e multidimensional, a partir de como autores na literatura discutem sobre fenômeno da pobreza.

Os debates em torno do conceito de pobreza têm dado origem, ao longo dos anos, a definições que se enquadram em diferentes dimensões. Morrer de fome é, claramente, o aspecto mais significativo da pobreza (SEN, 1999).

As medidas de pobreza podem ser divididas em absoluta, relativa e multidimensional. A primeira caracteriza-se pelo valor monetário necessário para a aquisição de uma cesta básica de alimentos que detenha a quantidade calórica mínima à sobrevivência. Estas são medidas absolutas de pobreza que permitem a identificação do contingente de pobres de um país em termos monetário (SEN, 1999).

O conceito de pobreza absoluta manifestou-se em conjunto com o estudo de nutricionistas inglesas no século XIX (CODES, 2008) e foi utilizada como referência pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Em um primeiro momento, a abordagem da pobreza absoluta definia como pobre “a família cuja renda não fosse suficiente para obter o mínimo necessário para sua manutenção meramente física” (TOWNSEND, 1993, p 30).

A principal crítica que se faz à construção dessas linhas é o fato de não retratarem todas as dimensões da pobreza, uma vez que o nível de bem-estar dos indivíduos é determinado por um conjunto complexo de fatores psicossociais e não somente pela renda. Por outro lado, alguns estudiosos do tema defendem a utilização desse indicador. Por exemplo, ROCHA (2001) argumenta que as pesquisas domiciliares investigam cada vez mais uma grande variedade de variáveis socioeconômicas que são capazes de refletir as várias faces das condições de vida de uma população.

Segundo SEN defini a linha da pobreza, por determinar as seguintes medidas de pobreza, básicas por usar o seu índice de Sen Index. Para mensurar a Proporção de Pobres (P0) em uma população é realizada por meio do headcount index que pode variar entre 0 e 1. Tal medida é de fácil compreensão e fácil mensuração. Porém,

apesar de ser uma medida popular, não consegue indicar quão pobres os pobres são. Este índice resulta da divisão entre os números de pobres, expresso pela variável  $Np$ , pelo tamanho da população, expressa pela variável  $N$ . Como visto anteriormente, o montante de pobres é aferido por meio de uma linha de pobreza, que por sua vez será expressa pela variável  $z$ . Desta forma obtêm-se a equação.

$$P0 = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^N I(y_i \leq z) = \frac{Np}{N} \quad (1)$$

Sendo  $I$  a função de identificação, que obtêm valor 1 quando  $y_i$  for menor que  $z$  ou valor 0 quando  $y_i$  for maior que  $z$  (SEN,2000). “A Proporção dos Pobres na pobreza é um tipo de medida que tem pouco além de sua simplicidade para recomendá-la” (WATTS, 1968, p. 15).

A abordagem monetária inclui ainda os indicadores de pobreza relativos. A pobreza relativa situa o indivíduo na sociedade. Esta abordagem considera pobres aqueles indivíduos cujas rendas são inferiores a 40, 50 ou 60% da renda mediana ou média. No que diz respeito à definição de pobreza, Hoffmann (2000) ressalta que, se o pobre tiver uma conotação relativa, então o conceito de pobreza se confunde com o de desigualdade econômica.

O conceito de pobreza relativa veio em conjunto com a compreensão da correlação “entre o conceito científico de pobreza e as estruturas sociais e institucionais vigentes na realidade, onde cientistas sociais voltaram-se para uma terceira, e mais abrangente, formulação do significado da pobreza: o de pobreza relativa” (CODES, 2008, p. 15). Esta perspectiva é definida a partir da consideração do padrão de vida e da maneira como as diferentes necessidades são supridas em uma dada realidade socioeconômica. É estabelecida, portanto, por comparação: “o fenômeno é entendido como um estado de carência em frente a outras situações sociais com que é confrontado” (CODES, 2008, p. 15).

A pobreza relativa “introduz variáveis mais amplas, e chama a atenção para o fato de que as pessoas podem sofrer privações em diversas esferas da vida”

(CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 5). Segundo Rocha (2006, p. 11) essas privações se moldam pelo estilo de vida “predominante na sociedade em que o indivíduo se encontra inserido, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social”. A estrutura social e costumes de determinada época e local desempenham papel de indicadores na distinção de pobres e não pobres. Tais privações ocorrem “nos mais variáveis cenários, seja dentro de casa, em uma determinada comunidade, no trabalho, ou toda a diversidade de atividades sociais e individuais em que diversos papéis sociais são desempenhados” (TOWNSEND, 1993, p. 36).

A partir de 1980, a pobreza passou a ser entendida como privação relativa, dando ao conceito um enfoque mais abrangente e rigoroso, buscando uma formulação científica e comparações entre estudos internacionais, enfatizando o aspecto social. Ao mesmo tempo, porém, contrapondo-se a este conceito, floresceu a tese, muito apreciada pelas instituições multilaterais de crédito sediadas na capital norte-americana, de que, com o bom funcionamento dos mercados, as economias se tornariam prósperas, e a riqueza gerada acabaria por beneficiar os pobres. Essa tese ficou conhecida como “Consenso de Washington”. Segundo Sen, é importante ter em mente que a redução da pobreza de renda não pode ser o único objetivo de políticas de combate à pobreza (SEN, 1999).

As medidas estão baseadas na privação econômica relativa. Famílias ou indivíduos são considerados pobres se não têm a renda necessária para atingir o padrão de vida corrente de uma determinada sociedade.

As vantagens desta medida é que permite a mudança no padrão de consumo ao longo do ciclo econômico. As medidas de pobreza relativa se ajustam aos padrões da sociedade. As pessoas são consideradas pobres se não conseguem viver da forma considerada costumeira numa dada sociedade. Um exemplo desta medida é estabelecer como limite os 20% mais pobres da população. O problema deste critério é que os 20% que recebem menor rendimento serão sempre considerados pobres, independente do valor da renda. Para compensar este fato, alguns analistas propuseram estabelecer o limite da pobreza relativa como um percentual da renda mediana. Fuchs (1967) e Rainwater (1974). Segundo ALWITT E DONLEY defende

que o limite da pobreza é igual a metade da renda mediana. Os benefícios desta abordagem são claros: na medida em que a renda cresce, o limite da pobreza também aumenta, garantindo uma medida relativa constante (ALWITT E DONLEY, 1996, p. 27).

O ponto mais crítico desta abordagem está na determinação da proporção da renda mediana para estabelecer o limite da pobreza. Pode parecer razoável metade da renda mediana, mas por que não um terço? Há poucas teorias para justificar esta escolha. Outro problema é a diferença no nível de renda necessário por diferentes tamanhos de família e suas composições. (ALWITT E DONLEY, 1996). Outra crítica ao método é não permitir uma correta avaliação do progresso dos membros mais pobres da sociedade. É considerada mais apropriada para medir a distribuição de renda do que uma medida de privação (ALWITT E DONLEY, 1996).

Sen (1976) propôs uma medida que respeita os dois axiomas, levando em consideração “o número de pobres, a profundidade da sua pobreza e a distribuição da pobreza dentro do grupo” (CASSOL, 2019). Essa medida ficou conhecida como Índice de Sen [Sem Index]. O índice é representado pela equação.

$$P_S = P_0 (1 - (1 - G^P) \frac{u^P}{Z}) \quad (2)$$

Sendo:  $G^P$  o índice de Gíni para os pobres e  $u^P$  a renda média dos pobres. O índice também pode ser escrito como “a média das mensurações da Proporção dos Pobres e do Hiato da Pobreza, ponderada pelo coeficiente de Gíni dos pobres (CASSOL, 2019).

Muitos cientistas sociais argumentam que é mais apropriado utilizar o conceito de pobreza multidimensional porque leva em conta à necessidade de um indicador que corresponde a situação avaliada, ou seja, como a pessoa percebe sua própria situação social. No conceito de ter a capacidade de exercerem sua liberdade e seu direito, forma de distribuição e acesso aos recursos privados e coletivos (SEN, 1999). Em suma percebe-se que as medidas multidimensional fortalece o intuito das análises de pobreza e constitui um meio alternativo para examinar e explicar a pobreza.

A análise da pobreza em uma visão multidimensional, contextualizada e customizada aos aspectos constituintes de cada sociedade com suas múltiplas dimensões estruturais, pode fornecer um modelo abrangente para a direção dos propósitos e objetivos das políticas público-sociais.

Apesar de a renda monetária ser um fator importante para o alcance de condições dignas de vida, analisar a pobreza unicamente por meio da renda pode mascarar outras fontes de privações em que a esta variável não desempenha um papel fundamenta. O Índice de Pobreza Humana (IPH) é elaborado em 1997 com o intuito de possibilitar a avaliação multidimensional da pobreza e das fontes de privações, considerando questões relacionadas ao acesso à saúde, nutrição ou habitação como componentes essenciais ao desenvolvimento humano. Segundo Cassol o objetivo deste índice é o enfoque em quem sofre maior privação, em confrontação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O que difere o IDH do IPH é o fato de o primeiro analisar as condições de todos os indivíduos da população, enquanto o segundo analisa os indivíduos pobres desta mesma população (ROLIM, 2004).

É importante perceber que um enfoque não exclui o outro; ambos componentes são importantes, o que possibilita melhores avaliações se ambos forem aplicados de maneira conjunta. Com tal diferenciação entre os dois indicadores, faz-se necessário notar as questões que permeiam o IPH, de maneira a iniciar um debate mais abrangente sobre esta medida de pobreza multidimensional. O IPH é composto por 3 fatores que combinam as “dimensões básicas de pobreza e revelam contrastes interessantes com pobreza de renda” (PNUD, 1997, p. 5). Segundo o PNUD (1997) os elementos que compõe o IPH são os indicadores de privações das dimensões mais básicas: uma vida curta, falta de educação básica e falta de acesso a serviços públicos e privados. No primeiro momento o IPH foi calculado para países em desenvolvimento. Devido à natureza da pobreza dos países desenvolvidos ser diferente, seria necessário um índice diferente para a realidade desses países, um índice que fosse relativo as privações relevantes aos países desenvolvidos (PNUD, 1997). Desta maneira, primeiro será abordado o IPH-1 que se refere aos países em desenvolvimento, e no segundo momento será abordado o IPH-2, referente aos países desenvolvidos. O primeiro fator que compõe o IPH-1 está relacionado a capacidade

de sobreviver, ao quão vulnerável uma pessoa pode estar perante a morte prematura (longevidade) sendo factível traçar um paralelo com ideia de liberdade de estar livre de doenças. Este primeiro elemento é mensurado através da percentagem de indivíduos que se esperam morrer antes de completar 40 anos (PNUD, 1997). O segundo elemento a falta de educação básica está relacionado a “ser excluído do mundo da leitura e comunicação” (PNUD, 1997, p. 19), sendo mensurado pela percentagem de adultos analfabetos. O último elemento “diz respeito a um padrão de vida decente. Isto é representado por um composto de três variáveis - a percentagem de pessoas com acesso a serviços de saúde e água potável, e a percentagem de crianças desnutridas com menos de cinco anos (PNUD, 1997, p. 19). Em relação ao padrão de vida descente, nota-se a ausência de um indicador relacionado a renda. Utilizar a variável renda (PNUD, 1997, p. 19). O índice é representado pela equação.

$$H = \left[ \left(\frac{1}{3}\right)^s + \left(\frac{1}{3}\right)^k + \left(\frac{1}{3}\right)^e \right] \frac{1}{a} \quad (3)$$

Onde: s denota o indicador de privação da capacidade de sobreviver (longevidade), k a privação em ser excluído do mundo da literatura e comunicação (educação) e a privação de um padrão de vida descente.

O IPM reflete a preponderância das privações multidimensionais e sua intensidade, ou seja, a quantidade de privações que os indivíduos vivenciam no decorrer do tempo. Dez indicadores são utilizados para “examinar fatores no âmbito familiar, como o acesso a água potável, combustível para cozinhar e serviços de saúde, assim como bens de consumo básicos e padrões de construção de casas” (PNUD, 2011a, p. 4).

Na dimensão relacionada a saúde os indicadores são: (1) taxa de mortalidade infantil e (2) o número de pessoas subnutridas. Na dimensão referente a educação, há como indicadores: (3) anos de escolaridade e (4) número de crianças que frequentam a escola. A dimensão relacionada ao padrão de vida, conta com 6 indicadores: (5) o acesso à energia elétrica; (6) o acesso a água potável; (7) o acesso a saneamento básico; (8) o acesso a combustível para cozinhar; (9) o acesso a uma casa com pavimento de terra; (10) e, a não posse de carro e a não posse de no máximo dois dos

bens listados a seguir: bicicleta, moto, rádio, frigorífico, telefone e televisão (PNUD, 2015).

A metodologia do IPM é resultado de duas medidas: a primeira o índice de incidência da pobreza, e a segunda é a intensidade/amplitude da pobreza (ALKIRE e FOSTER, 2007).

O índice de incidência da pobreza, H, pode ser calculado pelo coeficiente entre o montante de população que sofre pobreza multidimensional, pelo montante total de indivíduos, sendo este representado pela equação.

$$H = \frac{q}{n} \quad (4)$$

Onde q é montante da população que sofre pobreza multidimensional e, n é o total de indivíduos.

Tem-se que o cálculo do IPM, que ocorre “através da multiplicação da incidência de pobreza pela intensidade média de pobreza” (PNUD, 2014, p. 4), demonstrado pela equação.

$$M_0 = \frac{A}{H} \quad (5)$$

A medida  $M_0$  é sensível à ocorrência e intensidade da pobreza multidimensional. Essa medida satisfaz o axioma da Monotonicidade e da Transferência, pois se um indivíduo que, por exemplo, sofra privação em apenas uma dimensão, venha a sofrer privação em duas dimensões, aumentará a intensidade média da pobreza, A, e conseqüentemente, a medida multidimensional de pobreza,  $M_0$ , também (ALKIRE e FOSTER, 2007).

#### **4 CARACTERÍSTICAS DA ARMADILHA DA POBREZA EM ANGOLA**

Objetivo geral deste capítulo é caracterizar armadilha da pobreza em Angola e compreender a dimensão política, econômica, social e cultural da pobreza. Mostrando assim que a pobreza em Angola, é objeto de repetidas declarações, de diferentes setores da vida social da população angolana.

Segundo Relatório do Instituto Nacional de Estatísticas destaca que um dos grandes problemas da grande maioria das famílias angolanas é a pobreza. As mulheres e as crianças são a maioria que mais sofrem os efeitos da pobreza, porque uma grande parte das famílias angolanas é chefiada por mulheres (38%) e 37% por homens (INE, 2014).

Angola apresenta um conjuntos de indicadores sociais ainda muito abaixo portanto que coloca entre os países mais menos desenvolvido em aspectos do desenvolvimento humano . Porque a pobreza em Angola é um flagelo nacional ela está associada à vários fatores sociais, apesar da guerra civil já ter terminado, as condições de vidas da população angolana é muito precária. Há uma grande carência de infraestrutura, saúde, educação, registo civil, água e energia. Em suma a sua qualidade e eficiência situam-se em abaixo níveis e das expectativas da população. Desta situação resulta uma fraca integração das econômicas locais e um consequente empobrecimento de largas camadas da população angolana (NGULUVE, 2010).

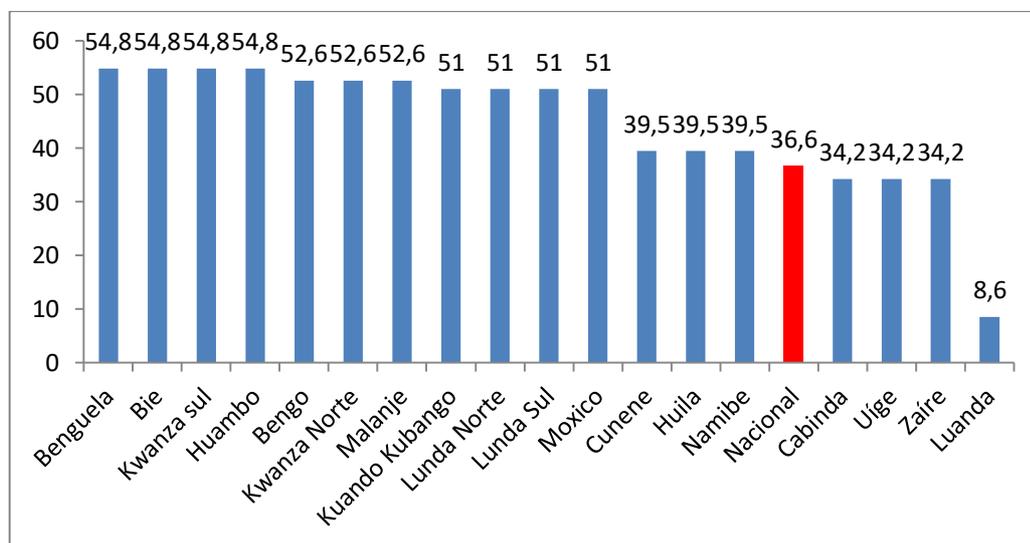
A desqualificação e desvalorização do capital humano, decorrente da destruição e desgaste dos sistemas de educação e formação, da precariedade do estado sanitário, dos baixos salários e da extensão do desemprego e subemprego.

A destruição e degradação das infraestruturas econômicas e sociais, consequência direta da guerra, mas também consequência imediata da deficiente manutenção e conservação e dos desajustamentos do sistema de programação e gestão do investimento publico. O funcionamento débil dos serviços de educação, saúde e proteção social em consequência da insuficiência de meios técnicos e humanos, dificultando o acesso a estes sistemas dos grupos mais vulneráveis.

Quanto às consequências da pobreza em Angola podemos resumi-las da seguinte forma: Um processo de depauperação repentino e continuado das populações deslocadas, muitas delas vivendo em áreas urbanas ou rurais. Uma pressão sobre as infraestruturas sociais urbanas já de si saturadas e insuficientes para cobrir as necessidades das populações urbanas e rurais de Angola.

Para tanto identificar ou caracterizar a pobreza dentro de Angola, relacionando ao tema deste capítulo ao apontar indicadores padronizados e consensuais capazes de traduzir adequadamente o grau ou intensidade da pobreza em Angola, para que se torne factível entende - se os fatos sociais carácter nacional seja ela de modo absoluto, relativa e multidimensional explorar as principais dificuldades enfrentada pela população angolana. Para tal, é necessário estabelecer as possíveis variáveis e indicadores que devem ser observadas, mensuradas e comparadas.

Figura 8: Incidência da pobreza, % população total por Província (Estados) de Angola 2014.

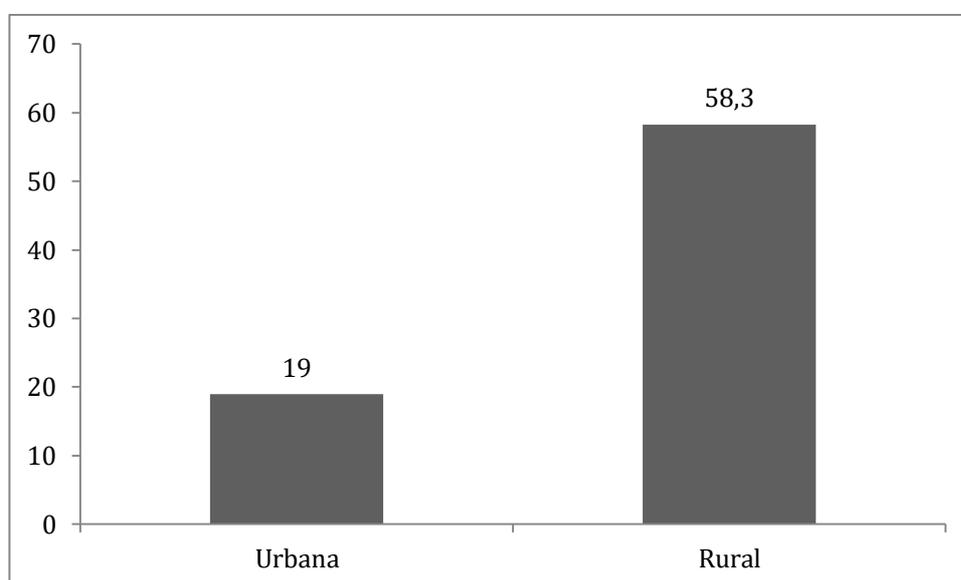


Fonte: INE, 2014.

Os indicadores de pobreza em Angola mantêm-se, no entanto, em níveis elevados, Angola regista índice de pobreza 36,6% quase 37%, portanto o que significa que 37% em cada 100 angolanos têm um nível de consumo abaixo da linha da pobreza, considerando-se 19% na zona urbana e 58,3% na zona rural (INE, 2014).

Neste sentido, a população rural ocupa 16 províncias do país, enquanto a população urbana está em apenas duas províncias. Luanda tem 93% da população a viver na área urbana e a Huíla 52% na zona suburbana, sendo que cerca de 12,5 milhões de pobres vivem com cerca de 4.793 Kwanzas por mês para um indivíduo adulto, rendimento inferior 1,7 dólares por dia, numa situação de serviços básicos diminuídos, de baixos indicadores sociais e de fraco funcionamento do sistema de direitos. O mesmo raciocínio vale para podermos analisar incidência de pobreza nas zonas rurais e urbanas (INE,2014).

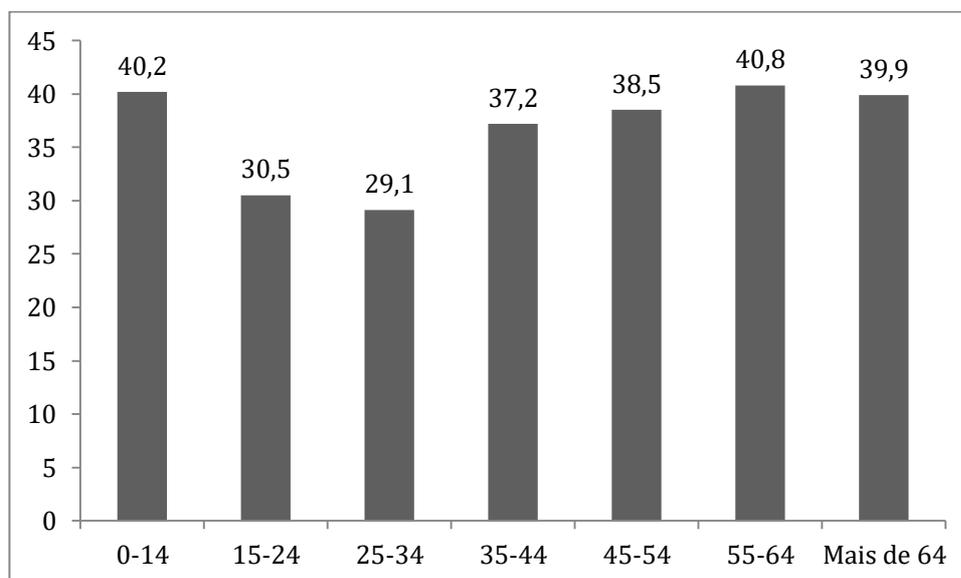
Figura 9: Incidência da pobreza nas zonas Urbanas – Rurais de Angola 2014.



Fonte: INE, 2014.

A diferença entre a área urbana e rural é significativa, sendo o nível de incidência da pobreza três vezes mais alto nas áreas rurais do que nas urbanas conforme podemos observar na figura 9. A população pobre está concentrada desproporcionalmente nas áreas rurais taxa de 58,3% da população total vive nas áreas rurais, é bastante significativo sobretudo num país que é detentor de enormes recursos e riquezas e que registou, nos últimos anos de 2004 - 2008, elevados indicadores de crescimento económico. Esta contradição entre o país rico e uma população pobre, denota o fato de que o forte crescimento económico que Angola registou, numa média de 13,9% conforme mencionado no capítulo 2, nos anos 2004-2008, teve uma fraca incidência social.

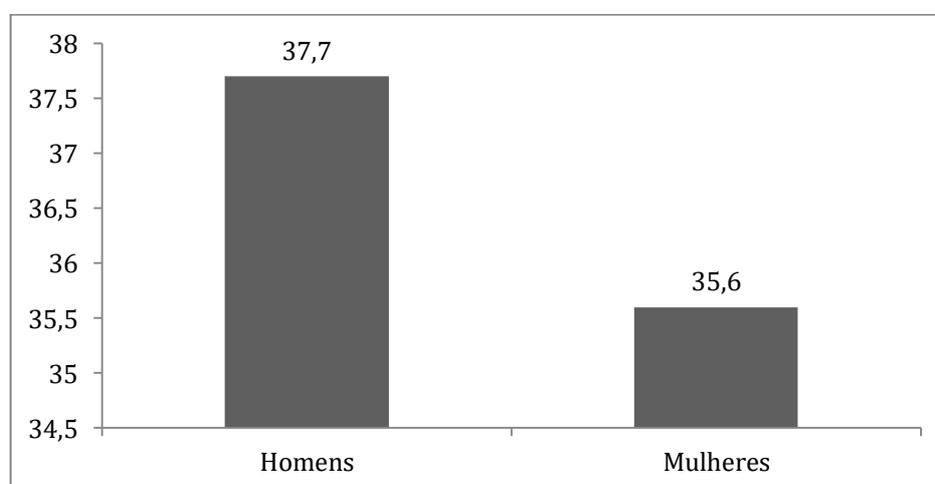
Figura 10: Idade, Sexo e área de residência da pobreza em Angola em % 2014.



Fonte: INE, 2014.

A pobreza aumenta à medida que a idade do chefe do agregado familiar aumenta como podemos observar na Figura 10. Portanto há uma persistência de pobre entre gerações, em suma ela volta a crescer na medida em que o individuo fica mais velho, percebe que entre os 35 e 64 anos de idade do chefe. Os agregados chefiados por Mulheres têm maior probabilidade de serem pobres do que aqueles chefiados por homens, embora as diferenças não sejam, provavelmente, significativas do ponto de vista estatístico.

Figura 11: Incidência da pobreza 2014, % população total de Homens/Mulheres 2014.

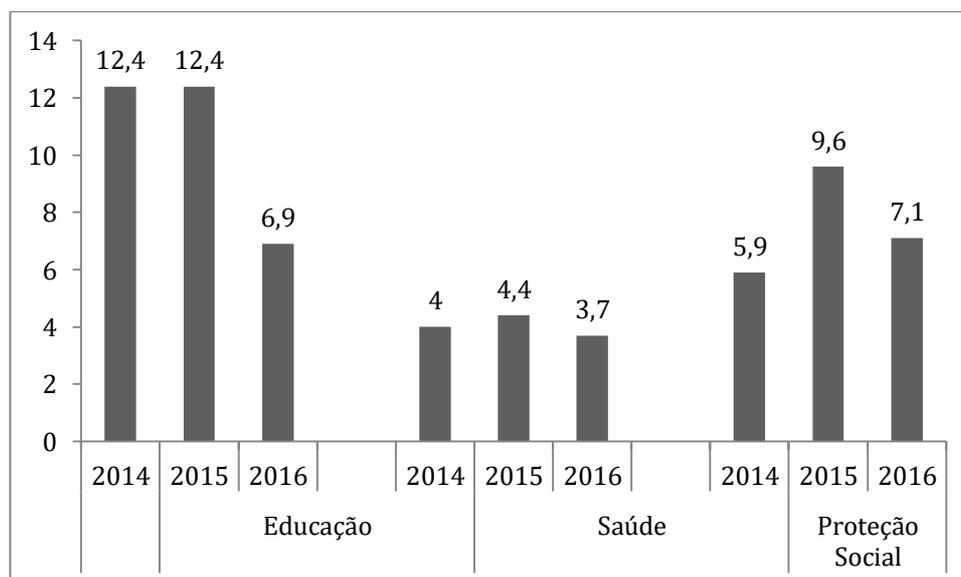


Fonte: INE, 2014.

De fato quanto ao género como podemos observar na figura 11, não existe diferenças significativas no que concerne à incidência da pobreza, uma vez que a pobreza atinge de forma proporcional tanto homens como mulheres. Apesar de a população feminina ser ligeiramente superior à masculina, a incidência da pobreza é praticamente a mesma em ambos os sexos (INE,2014).

Entretanto do ponto de vista da prestação de serviços, e o sistema administrativo permanece altamente centralizado. De fato e a necessidade de uma abordagem multianual ao orçamento geral do Estado é um fator fundamental quando se trata de se estabelecer políticas robustas para as despesas públicas, e em Angola processo orçamental é débil. Faz com que o quadro de pobreza existente em Angola seja uma consequência de um número complexo de fatores entre os quais destacam a saúde, educação e proteção social.

Figura 12: Proporção do total das despesas públicas com serviços essenciais (educação, saúde e proteção social de Angola 2014 – 2016).



Fonte: INE, 2017.

Nota: Metodologia de cálculo: Quociente entre as despesas total do governo em serviços essenciais (educação, saúde e proteção social) e o total das despesas do governo num determinado ano, multiplicado por 100.

Permite-nos inferir que, para além da média não satisfazer as necessidades educativas de Angola. Verifica-se uma oscilação na sua alocação, como se observa na Figura 12, o orçamento atribuído à Educação para o ano de 2016 (6,9%), muito abaixo da média da SADC e aquém da proposta mundial, 20%. No entanto. A

proporção das despesas do governo em serviços com a educação, saúde e proteção social foi de cerca 18% em relação as despesas totais de 2016 como podemos observar na Figura 12, investimentos na educação caíram, por causa baixo crescimento do PIB, a economia angolana em 2016 ficou estagnada, como mencionado no capítulo 2, as despesas públicas para educação esta entre os níveis mais baixos do mundo.

Em relação à saúde da criança há ainda escassez de conhecimento sobre os meios de subsistência dos pobres em Angola que prejudica a elaboração dum programa de despesas públicas em prol dos pobres apropriado e direccionado as crianças desnutridas.

Tabela 4: Prevalência da desnutrição crónica em crianças menores de 5 anos por província ( Idade, nível de escolaridade e nível de pobreza da mãe 2015 – 2016).

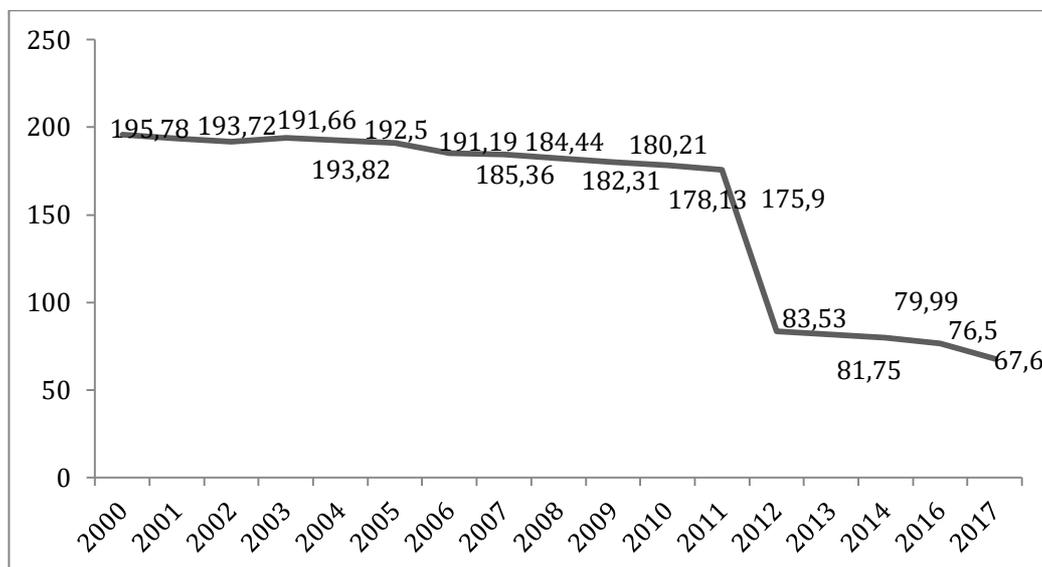
Percentagem abaixo de -2 DP2	
Angola	37,6
Nível de escolaridade da mãe	
Nenhum	45,6
Primário	40,8
Secundário/Superior	24,7
Quartil socioeconómico	
Primeiro	47,3
Segundo	45,1
Terceiro	38,8
Quarto	26,6
Quinto	20,4

Fonte de dados: INE, IIMS-2015-2016.

Nota: Metodologia de cálculo: Quociente entre o número de crianças menores de 5 anos de idade com desnutrição crónica, e o número total de crianças menores de 5 anos de idade, multiplicado por 100.

Como nota-se na tabela 4, 37,6% das crianças menores de 5 anos apresentam, desnutrição crónica. Prevalência de desnutrição crónica (altura por idade), -2 Desvio Padrão (-2DP) da mediana dos padrões de crescimento infantil da organização mundial da saúde (OMS) entre crianças menores de 5 anos de idade.

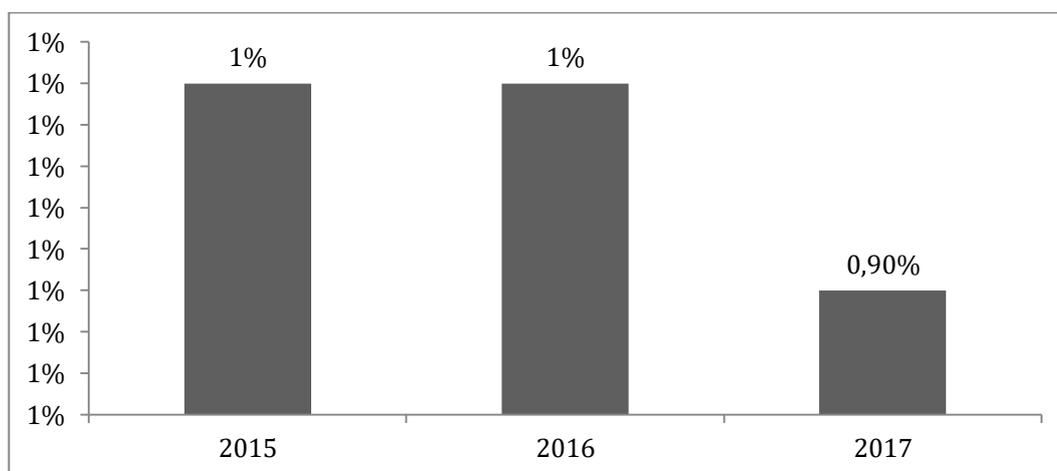
Figura 13: Taxa de mortalidade infantil Angolana (mortes/1.000 nascimentos normais (2000 – 2017)).



Fonte: INE, 2018.

Taxa de mortalidade infantil como podemos observar na Figura 13 a entrada dá o número de mortes de bebês com menos de um ano em no ano 2000 foi de 195% por 1.000 nascidos vivos Angola, no ano de 2017 mostra uma redução de 67,6% por 1.000 nascidos vivos. Percebe-se que a cada 24 mortes por 1 000 nados-vivos, isto significa, que 24 crianças em 1 000 nados vivos morrem durante os primeiros 28 dias de vida em Angola.

Figura 14: % de incidência por VIH por 1 000 habitantes 2017.

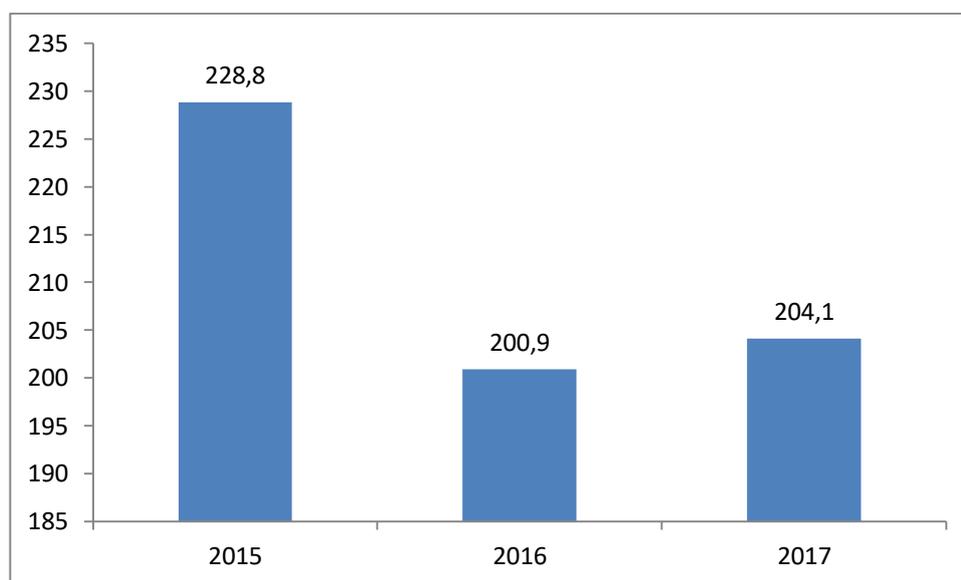


Fonte: INE, 2018.

A prevalência do VIH na população de 15-49 anos nota-se que é de 2%. E a prevalência nas mulheres é de 2,6% e nos homens é de 1,2%. Como mostra a Figura 14 As províncias do Norte do país, Zaire (0,5%), Cabinda (0,6%) e Uíge (0,9%), apresentam as prevalências mais baixas. As províncias do Sul e Leste, Cunene (6,1%), Cuando Cubango (5,5%) e Moxico (4,0%), apresentam as taxas mais altas.

Em relação ao controlo da Tuberculose, a prestação de cuidados da TB é feita principalmente a nível municipal, sendo ainda insuficiente a rede de prestação de controlo da TB, situação que dificulta o acesso ao diagnóstico e tratamento para aquelas populações que moram distante das sedes provinciais.

Figura 15: Taxa de incidência de tuberculose por 100 000 habitantes 2017.

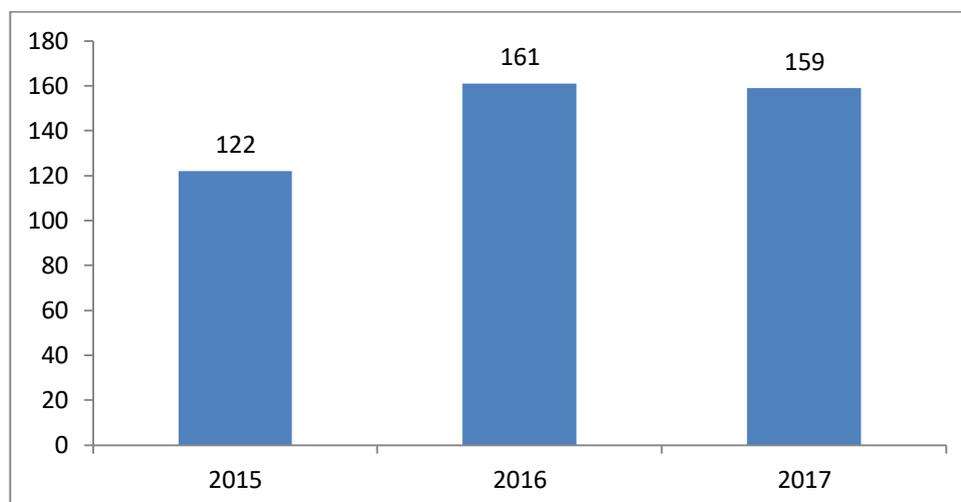


Fonte: INE, 2018

Nota: Metodologia de cálculo: Quociente entre número de novos casos de tuberculose que ocorrem em um período de tempo especificado e a população total, multiplicado por 100 000.

Como podemos observar na Figura 15, a taxa de incidência da tuberculose no ano 2017 foram notificados um total de 204,1 casos novos por cada 100 mil habitantes.

Figura 16: Incidência de malária por 1 000 habitantes (2015 – 2017).



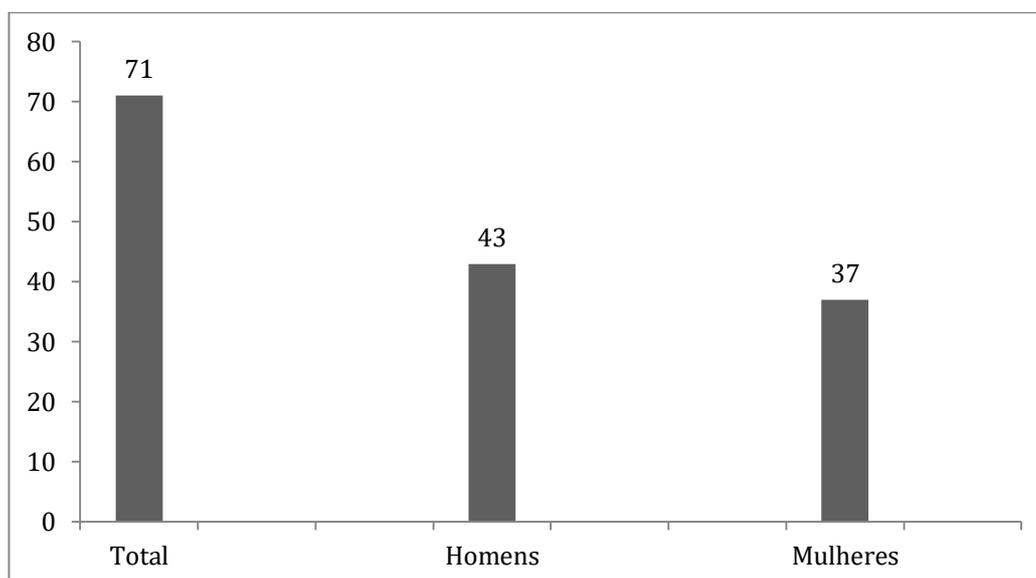
Fonte: INE, 2018.

Nota: Metodologia de cálculo: Quociente entre o número de casos novos de malária e o total da população, multiplicado por 1 000.

Podemos observar a Figura 16. A taxa de incidência da malária em Angola é 159 casos por cada mil habitantes. Mais de metade das quase 12 mil vítimas mortais tem entre 0 e 4 anos de idade mostrando (INE, 2018).

A malária é a primeira causa de morte em Angola, e em síntese a incidência da pobreza é influenciada por alguns fatores sociais como o nível de escolaridade, o sexo e idade do chefe do agregado familiar. Quanto mais elevado for o nível de escolaridade do chefe do agregado familiar, mais baixo será o nível de pobreza. Por outro lado, o baixo nível de literacia da população. Outra situação a ter em conta é que devem ser reforçados os programas de educação e prevenção da malária nas escolas, de modo a aumentar a consciencialização das formas de prevenção desta doença.

Figura 17: Taxa líquida de frequência escolar por nível de ensino, Primário e Secundário 2017.

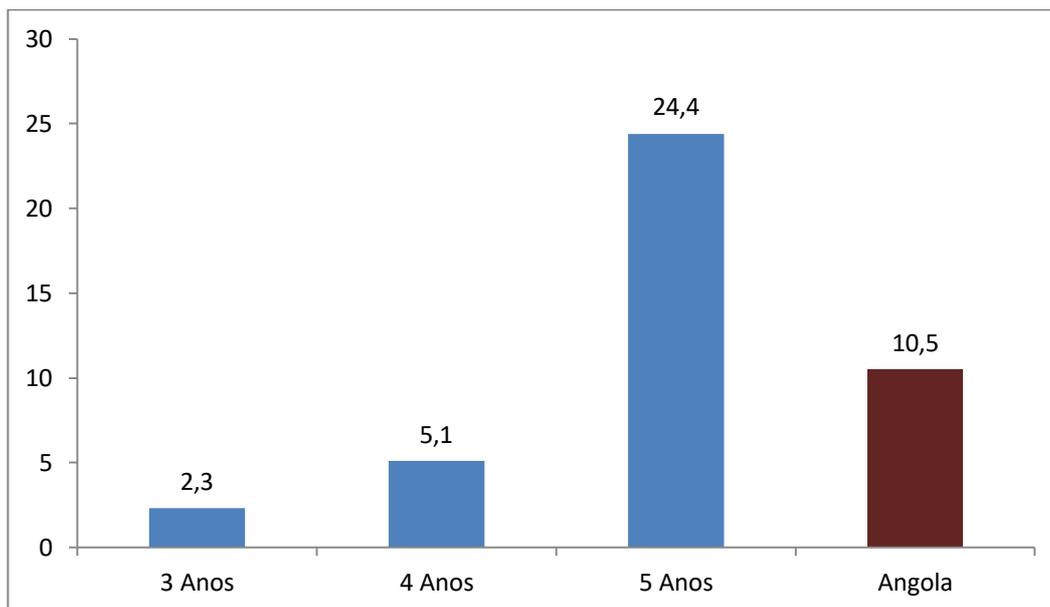


Fonte: INE, 2018.

Conforme podemos observar na Figura 17. A taxa líquida de frequência escolar no ensino primário é de 71%, para ambos os sexos; A taxa líquida de frequência escolar no ensino secundário é de 43% nos homens e 37% nas mulheres.

Em Angola, no que se refere à educação, nota-se uma grande debilidade. Porque as desigualdades no acesso à Educação e a baixa qualidade do ensino reduzem as oportunidades de desenvolvimento e integração das crianças. Os dados que permitiram avaliar a qualidade do ensino em relação a sua relevância para a frequência no ensino pré - escolar. A situação de instabilidade social que se vive em Angola tem como consequência a definição de prioridades políticas e estratégicas que marginalizam completamente uma política de educação.

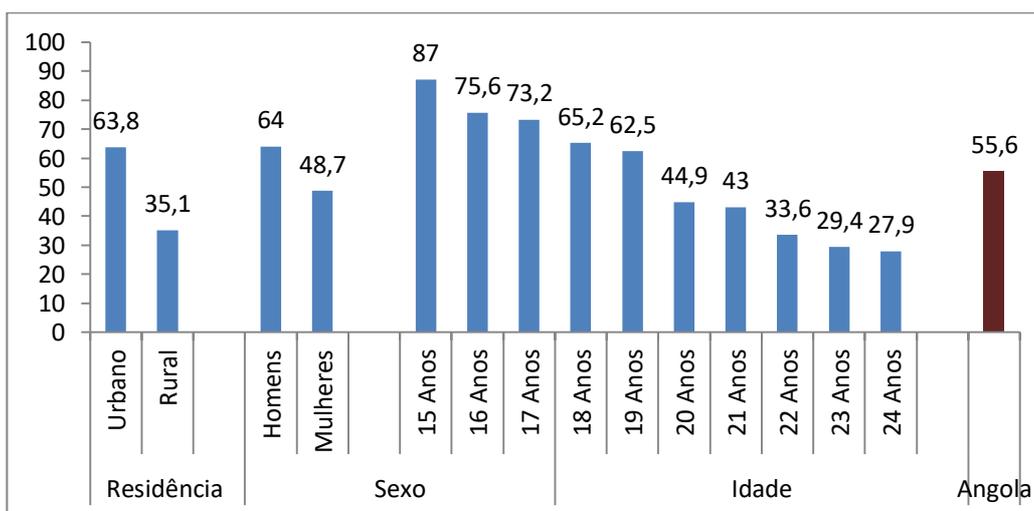
Figura 18: Frequência no ensino pré-escolar por idade 2017.



Fonte: INE, 2018.

Conforme podemos ver na Figura 18. Em Angola, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2018) entre as crianças de 3 e 5 anos, uma em cada dez estava matriculada e frequentou a escola ou a creche é de 25%. Nota-se que as crianças mais pobres são sete vezes menos propensas do que as crianças das famílias mais ricas a participar em programas de educação na primeira infância em Angola.

Figura 19: % dos jovens de 15-24 anos que frequentam a escola 2017

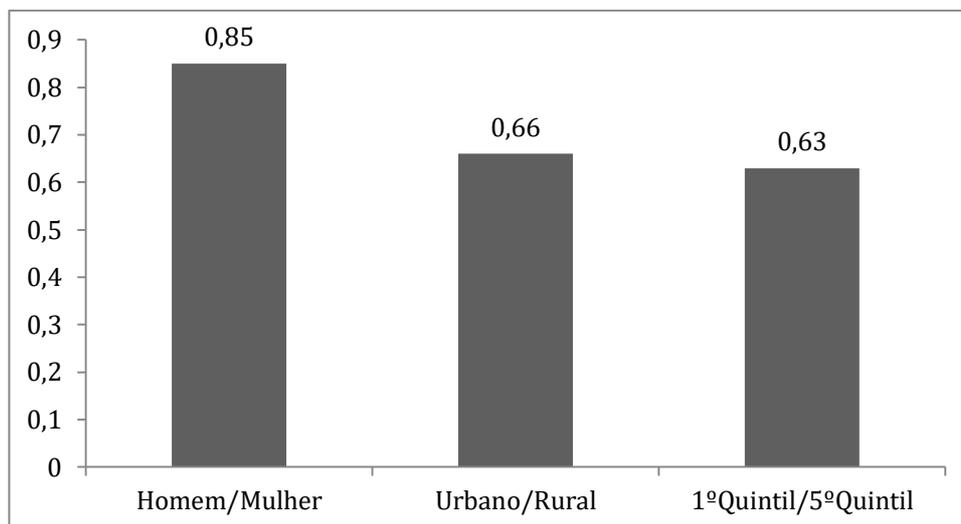


Fonte: INE, 2018.

Nota-se que 64% dos homens frequentam a escola e 48,7% das mulheres devido desigualdade de género que existe as mulheres dedicam 3 vezes mais horas no trabalho doméstico e nos cuidados não remunerados.

Como mostra a Figura 19. Cerca de 56% dos jovens de 15-24 anos frequentam a escola a nível nacional. Ainda a Figura 19 mostra que a frequência escolar dos jovens de 15-24 é maior nas áreas urbanas 63,8% do que nas rurais 35,1%.

Figura 20: Índices de paridade no ensino secundário 2017

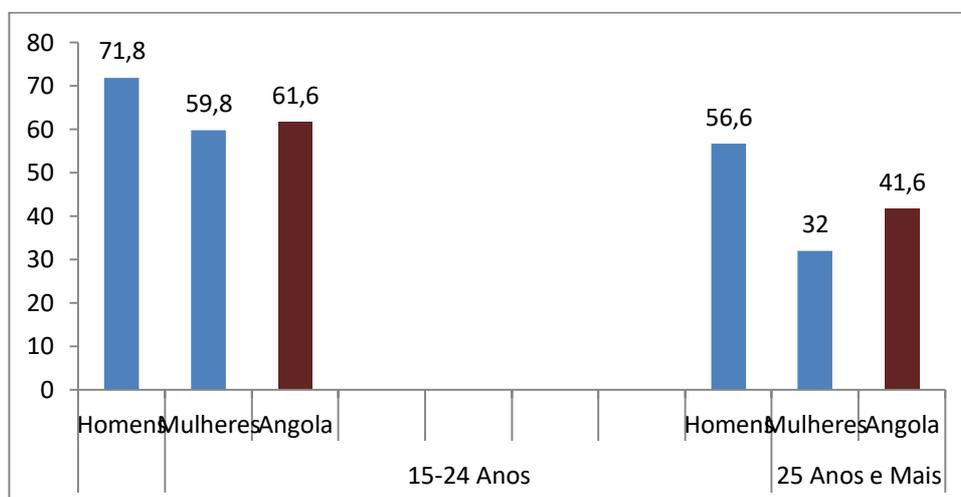


Fonte: INE, 2018.

Nota: Metodologia de cálculo: Índice de paridade no género: Quociente entre a taxa bruta de frequência feminina e a taxa bruta de frequência masculina.

Conforme a Figura 20 mostra que o índice de paridade no género é de 0,85 no ensino secundário, o que significa que para cada 85 mulheres existem 100 homens a frequentar este nível de ensino. A maioria dos adolescentes ainda se encontra na educação primária, devido à matrícula tardia e à taxa de repetição ( INE, 2018).

Figura 21: Percentagem da população de 15 anos e mais que possui pelo menos o ensino primário completo 2017.



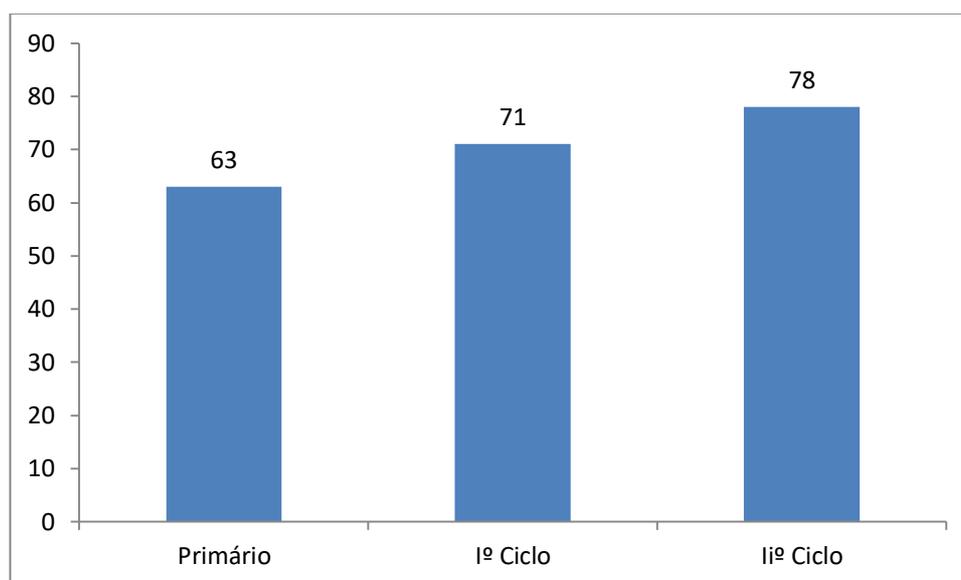
Fonte: INE, 2018.

Nota: Metodologia de cálculo: Quociente entre o número de jovens e/ou adultos de um grupo etário com conhecimento básico (definido à nível nacional/internacional) de leitura e/ou matemática e o número de jovens e/ou adultos no grupo etário correspondente, multiplicado por 100.

Observando a Figura 21 mostra. Cerca de 60% dos homens e 42% das mulheres com 15 anos ou mais, concluíram pelo menos o ensino primário.

Em relação ao perfil dos professores mostra que a maioria dos professores não tem a formação inicial, porque se realizou a reforma educativa antes de se formarem os professores. Entretanto em função disso, é necessário formar e admitir professores com competência para estender a rede nacional de ensino. Os docentes precisam de formação que seja contínua e inovadora.

Figura 22: Proporção de professores com formação pedagógica por nível de ensino 2018

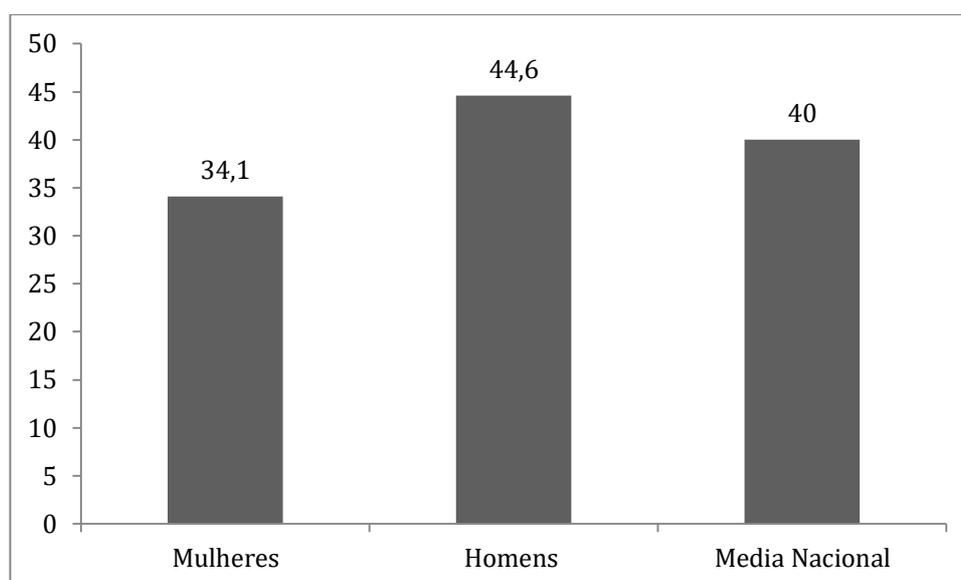


Fonte: INE, 2018.

Como podemos ver na Figura 22. Em Angola, 63% dos professores do ensino primário, 71% dos professores do ensino secundário I ciclo e 78% dos professores do ensino secundário II ciclo possuem formação pedagógica, respectivamente. Metodologia de cálculo: Quociente entre os professores de um determinado nível de ensino (primário, secundário I ciclo e secundário II ciclo) que tenham recebido pelo menos o mínimo de formação pedagógica organizada antes ou durante o exercício da profissão e o total de professores por nível de ensino.

Para o desenvolvimento deste estudo sobre a relação entre analfabetismo e pobreza em Angola. É destacada através da exclusão do indivíduo faz com que este se encontre presos numa armadilha da pobreza devido a deficiências materiais e oportunidades limitadas de rendimento. Ao mesmo tempo, os mecanismos informais de proteção social.

Figura 23: (%) de Alfabetismo da População com 15 ou mais Anos por Província 2017 -2018.

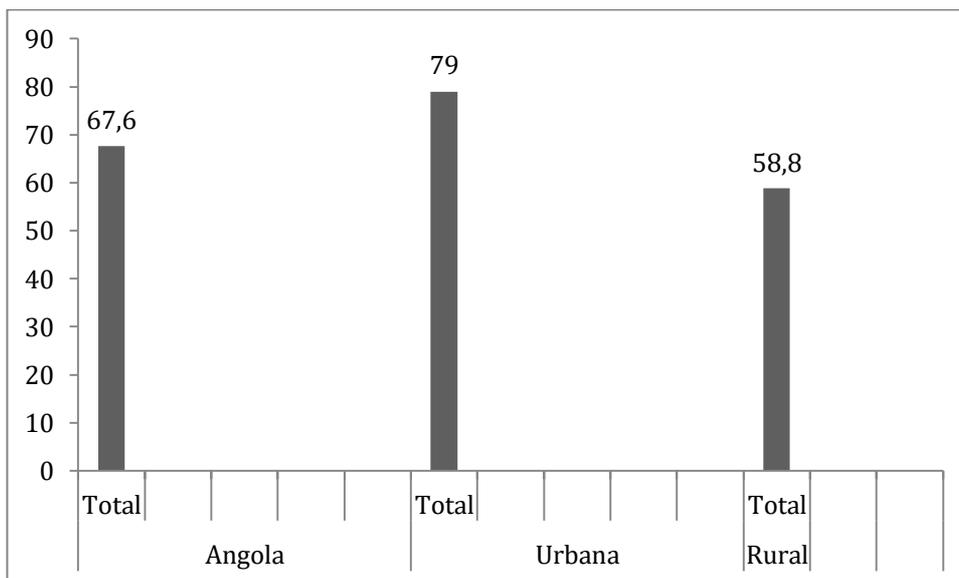


Fonte: INE, 2018.

Como podemos ver na Figura 23 mostram que 22% das mulheres e 8% dos homens entre os 15-49 anos não têm nível algum de escolaridade, já que nunca frequentarem uma instituição de ensino, e 33% das mulheres entre os 15-24 anos não sabem ler, comparativamente a 16% dos homens no mesmo grupo etário. Um em cada quatro cidadãos angolanos não sabe ler e nem escrever, o que representa uma taxa elevada de analfabetismo em Angola (INE,2018).

Em Angola, nas áreas urbanas e principalmente nas rurais, as famílias mais vulneráveis dependem normalmente de atividades agrícolas e do cultivo de alimentos para a sua subsistência, porque têm acesso limitado às terras de cultivo e a outros inputs agrícolas, escolas, serviços médicos e água potável, frequentemente são excluídos das decisões que os afetam.

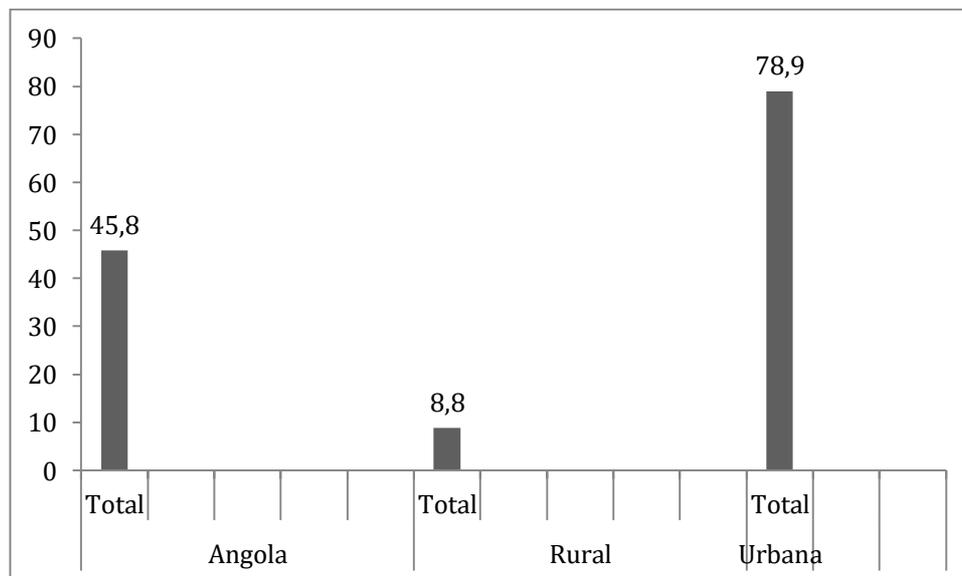
Figura 24: (%) de participação na força de trabalho de Angola 2017.



Fonte: INE, 2018.

Como podemos notar na Figura 24.a proporção de participação na força de trabalho de Angola é 67,6% , na zona rural é de 58,8%, e zona urbana é de 79% que é muito mostrando a maior altas taxa de pobreza .

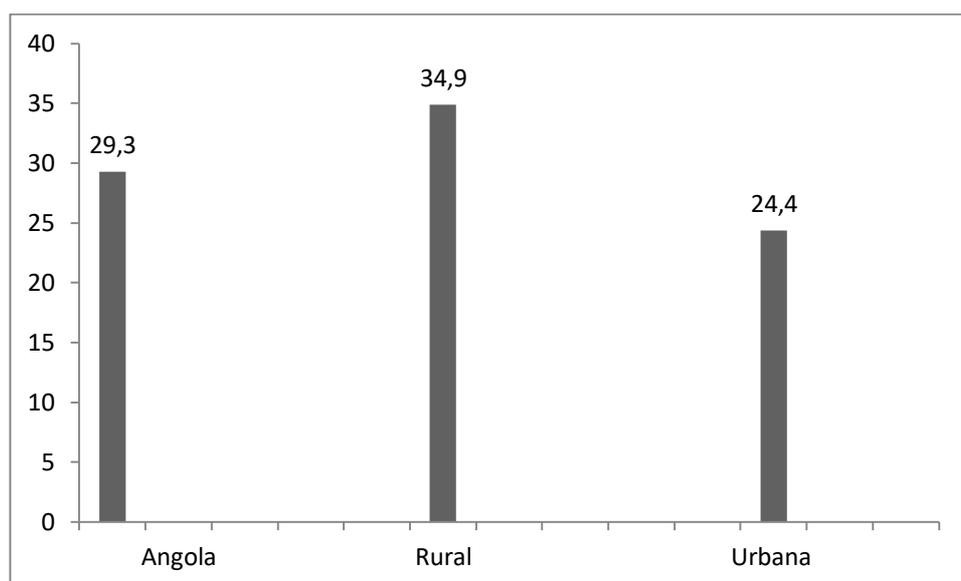
Figura 25: Proporção da população com 15 ou mais anos com emprego não agrícola 2017(%).



Fonte: INE, 2018.

Como podemos notar na Figura 25, a proporção do emprego informal no emprego não agrícola é de 45,8%, na zona rural é de 8,8%, e zona urbana é de 78,9%, que mostrando a maior preocupação da taxa de pobreza alta nas zonas rurais.

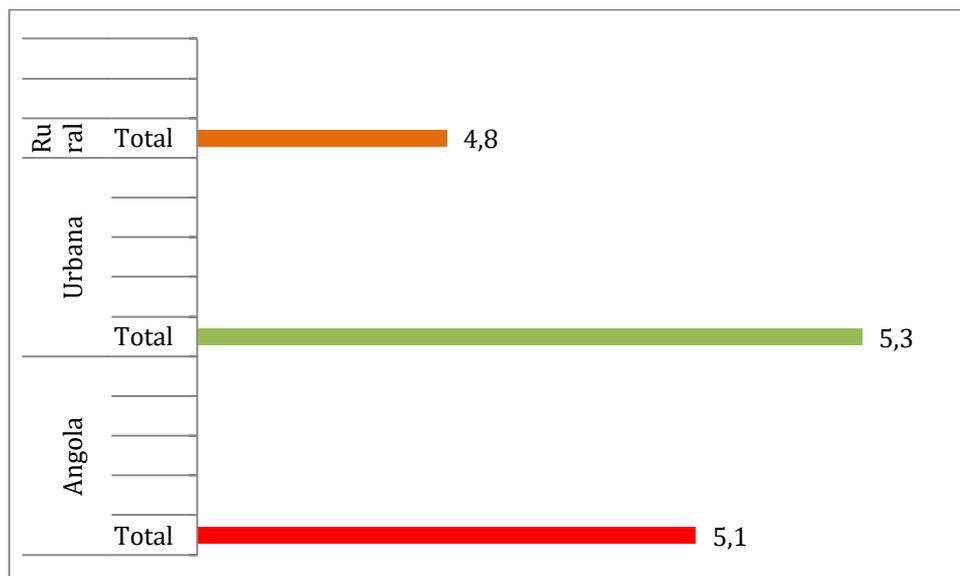
Figura 26: População empregada com 15 ou mais anos de idade a procura de outro emprego 2017.



Fonte: INE, 2018.

Como podemos notar na Figura 26 índice de alta taxa desemprego de 29,3% nacional, mostrando que na área rural é muito alto comparando a zona urbana porque a maioria da população pobre está concentrada na zona rural. Segundo o relatório do INE, o desemprego atinge 3.675.819 das 14.735.487 pessoas em idade ativa, das quais apenas 9.073.321 trabalham. Portanto que integra empregados e desempregados com 15 ou mais anos de idade, estimada em 12.749.140 de pessoas, sendo 6.104.537 homens e 6.644.603 mulheres.

Figura 27: Orfandade e situação de residência das crianças 2017.

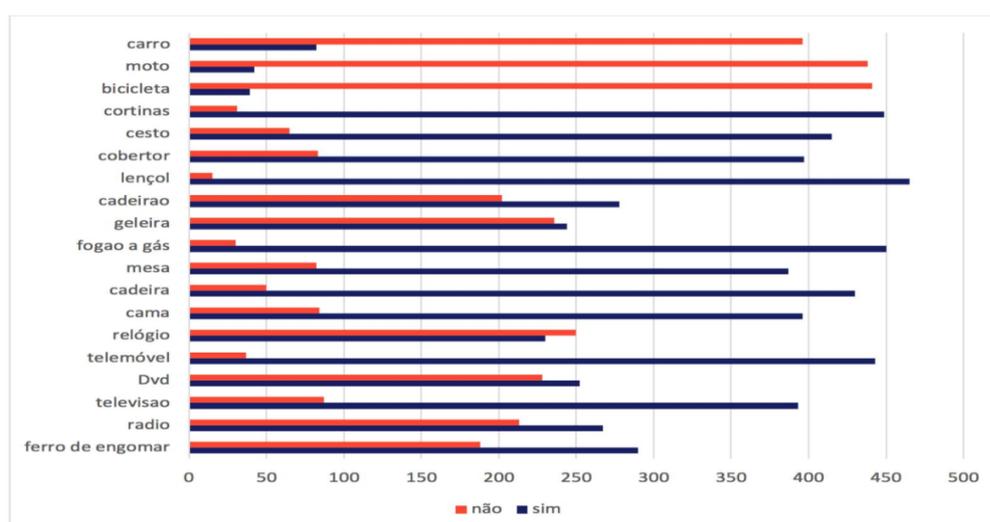


Fonte: INE, 2018.

Nota: Metodologia de cálculo: Quociente entre o número de Crianças com 0-17 anos que não vivem com os pais, multiplicado por 100.

Como podemos notar na Figura 27. a proporção das crianças Órfã é de 5,1%, na zona rural é de 4,8%, e zona urbana é de 5,3% que é muito mostrando a maior preocupação das crianças que se encontra nas ruas por falta dos pais.

Figura 28: Bens que possui o agregado

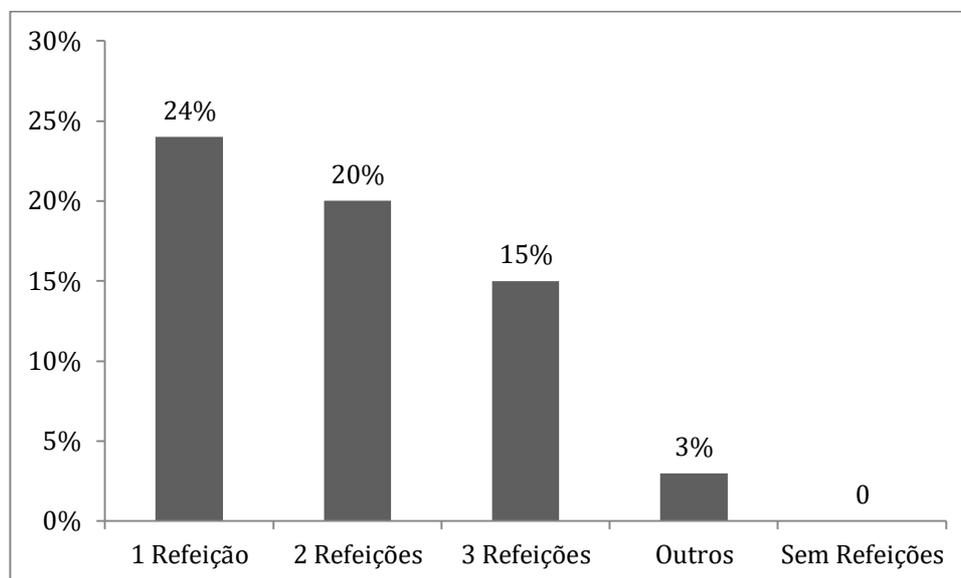


Fonte: CEIC-UCAN/CMI a partir do Inquérito sobre a Realidade das Comunidades, 2017 e 2018.

Nota: Metodologia de cálculo: Quociente entre o número de agregados que possuem bens respectivamente, multiplicado por 100.

A proporção dos agregados que possuem bens é de 70% e 51% respectivamente conforme podemos observar na Figura 28.

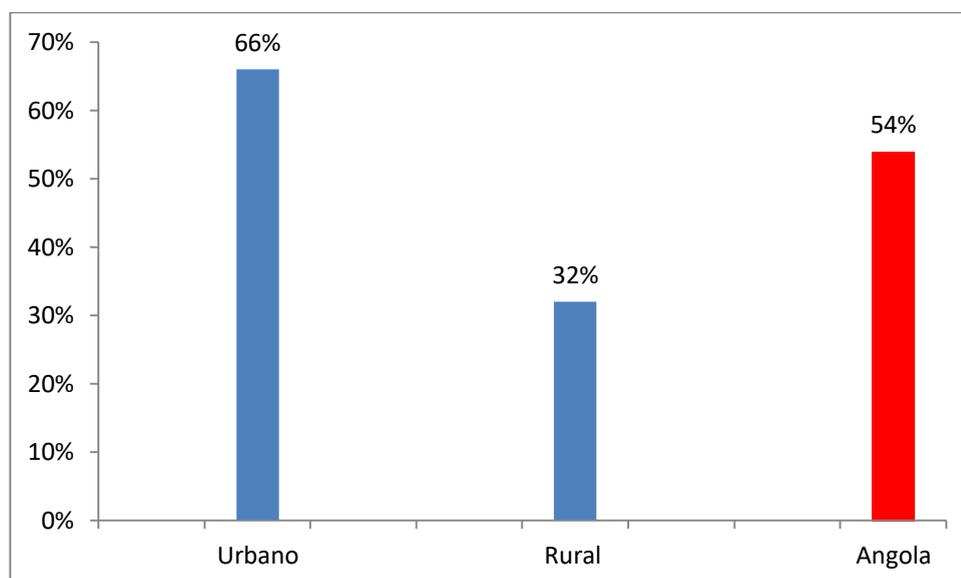
Figura 29: Número de refeições por dia 2014.



Fonte: INE, 2014.

De fato como podemos observar na Figura 29. Em termos de alimentação cerca de 66% não tem uma alimentação adequada, o que deixa apenas 34% com uma alimentação adequada, um valor muito abaixo da média. Relativamente ao número de refeições diárias, cerca de 24% tem apenas uma refeição por dia, cerca de 20% faz duas refeições. Estes indicadores são relativos e variáveis, porque há alguns fatores que influenciam que as pessoas não tenham as refeições completas, nomeadamente aquelas que tenham um rendimento mais reduzido, que não são compatíveis com os preços elevados da comida e os produtos alimentares, o que faz com que as pessoas procurem locais mais baratos para residir, onde se verifica a falta de condições mínimas de higiene. Por outro lado, também se tem notado a falta para comer de tempo devido à agenda laboral: sabe-se, por exemplo, que algumas instituições públicas não oferecem condições como a ausência de um refeitório. Cerca de 15% têm as três refeições completas, e cerca de 3% têm mais de quatro refeições. Segundo o relatório de INE mostra que não foi encontrado ninguém que não tenha no mínimo uma refeição durante o dia.

Figura 30: Percentagem da população com acesso a fonte de água apropriada para beber por área de residência 2017.



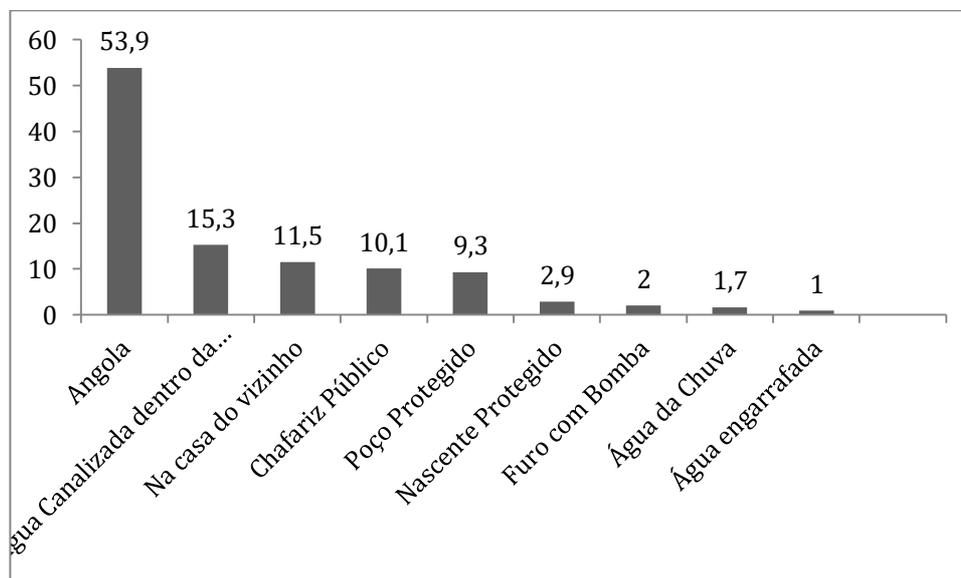
Fonte: INE, 2018.

Nota: Metodologia de cálculo: Quociente entre a população que utiliza uma fonte de água apropriada para beber e a população total, multiplicado por 100.

Como mostra a Figura 30. Pouco mais de metade da população (54%) tem acesso a fontes de água apropriada para beber, sendo 66% nas áreas urbanas e 32% nas áreas rurais.

A política e o sistema institucional emergem, o principal desafio de Angola tem enfrentado multiplicidade de problemas de acesso a água potável na perspectiva das estruturas responsáveis pela governação da água e de um modo geral do sistema institucional com competências no planeamento e na gestão dos recursos hídricos.

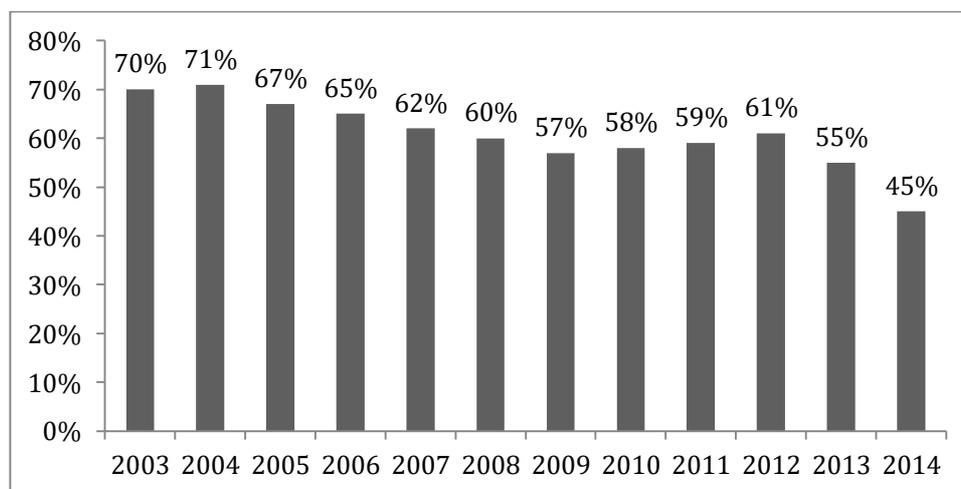
Figura 31: Distribuição percentual da população por fonte de água apropriada para beber.



Fonte: INE, 2018.

Como mostra a Figura 31. Pouco mais de metade da população (54%) tem acesso a fontes de água apropriada para beber, sendo 15,3 % água canalizada dentro de casa, 11,5% na casa do vizinho, 10,1% chafariz público, 9,3% poço protegido, 2,9% nascente protegido, 2% furo com bomba, 1,7% água da chuva e 1% água engarrafada. Nota: Metodologia de cálculo: Quociente entre a população que utiliza uma fonte de água apropriada para beber e a população total, multiplicado por 100.

Figura 32: Coeficiente de Gíni



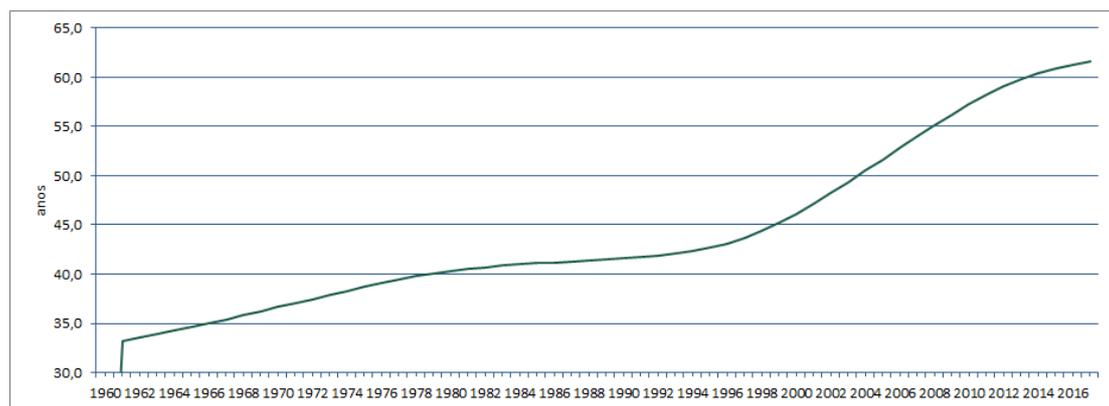
Fonte: INE, 2014.

Nota: O Coeficiente de Gíni mede a desigualdade na distribuição de rendimentos. Se expressa em pontos percentuais. Um Coeficiente de Gíni igual a 100% representa o caso em que uma só pessoa

recebe todo o rendimento de um país. Com 0%, todos os indivíduos da população recebem exatamente a mesma quantidade de rendimento.

Como podemos notar na Figura 32 em 2014, 45% o Coeficiente de Gíni angolano registou a mais baixa da história, conforme a observação na Figura. Por lógica o crescimento fomenta a desigualdade.

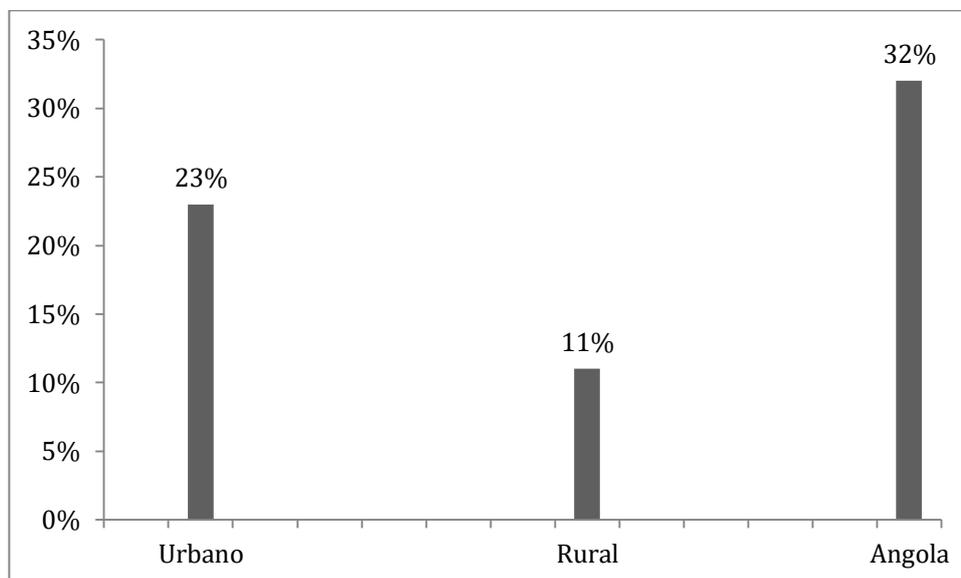
Figura 33: Angola - Expectativa de vida à nascença (1960 - 2016).



Fonte: INE, 2016.

Conforme observa-se na Figura 33. A expectativa de vida no nascimento indica o número de anos que um recém-nascido poderá viver se os padrões de mortalidade no momento do seu nascimento permanecer o mesmo ao longo de sua vida. A esperança média de vida de 60 anos (homens 55,5 e mulheres 63 anos) é para mim a maior surpresa de todas. Toda gente tem a percepção que é rara os angolanos que chegam a velhos mas o Censo 2014 diz que o angolano em média morre mal chega à terceira idade, mas chega lá. Apesar dos sérios problemas no setor da saúde mas com relativa baixa taxa de ser prevalência Angola passa assim a constar no exclusivo clube de países da região austral e da África Central com o esperança média de vida na casa dos 60 anos.

Figura 34: Percentagem de agregados familiares com acesso a instalação sanitária adequada, segundo a área de residência 2017.



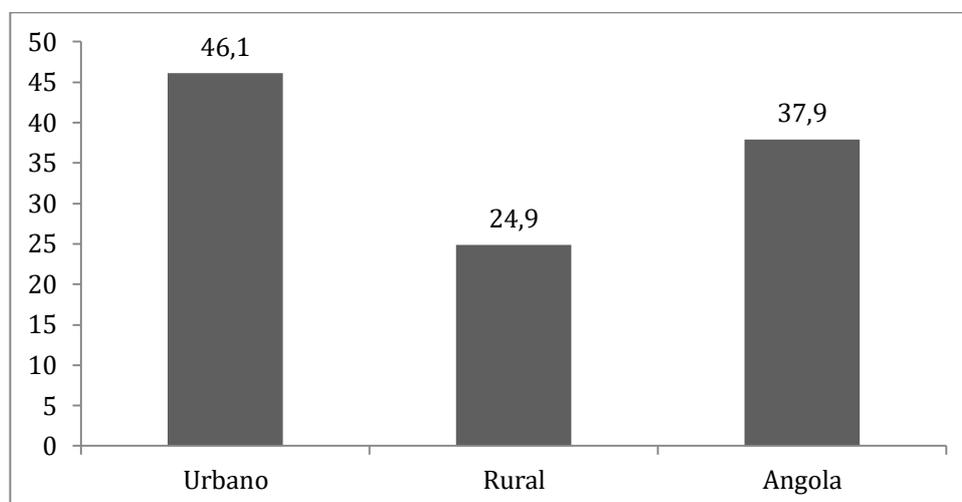
Fonte: INE, 2018.

Nota: Metodologia de cálculo: Quociente entre o número de pessoas que usam instalações com saneamento apropriado e não compartilhado e a observação de existência de água e sabão para a lavagem de mãos, e a população total, multiplicada por 100.

- Instalações não apropriadas
- Instalações apropriadas compartilhadas
- Instalações apropriadas não compartilhadas

Podemos observar na Figura 34. Cerca de 23% na zona urbana e 11% na zona rural dos agregados familiares possui algum tipo de instalação sanitária e tem um lugar adequado para lavagem das mãos. Aproximadamente um terço dos agregados familiares (32%) tem acesso a instalação sanitária adequada.

Figura 35: Percentagem de agregados familiares com acesso a um lugar de lavar as mãos, segundo a área de residência.

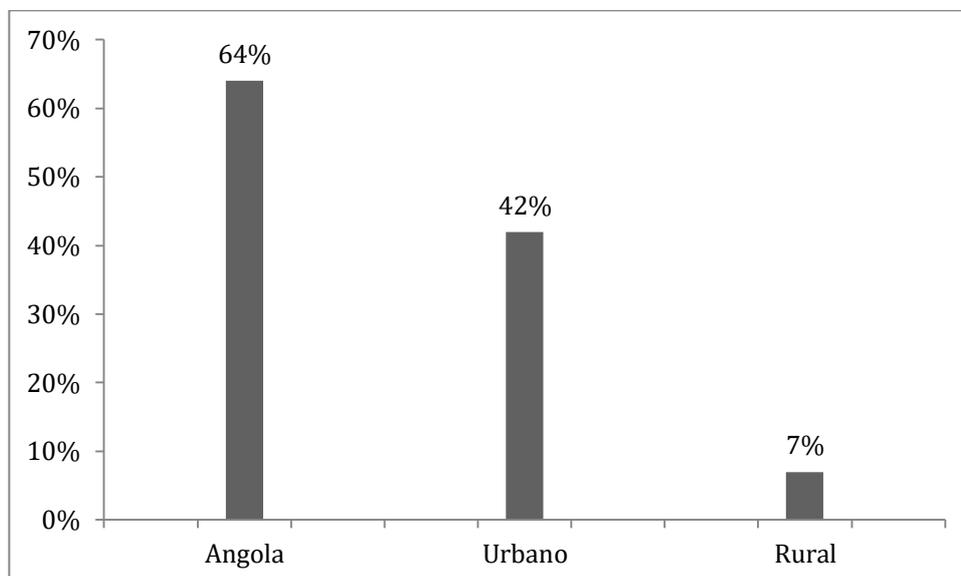


Fonte: INE, 2018.

Nota: Metodologia de cálculo: Quociente entre o número de pessoas que usam instalações com saneamento apropriado e não compartilhado e a observação de existência de água e sabão para a lavagem de mãos, e a população total, multiplicada por 100.

Podemos observar na Figura 35. Cerca de 46,1% na zona urbana e 24,9% na zona rural dos agregados familiares possui algum tipo de instalação sanitária e tem um lugar adequado para lavagem das mãos. Aproximadamente um terço dos agregados familiares (37,9%) tem acesso a instalação sanitária adequada.

Figura 36: Percentagem de agregados familiares com acesso a eletricidade, segundo a área de residência 2017.

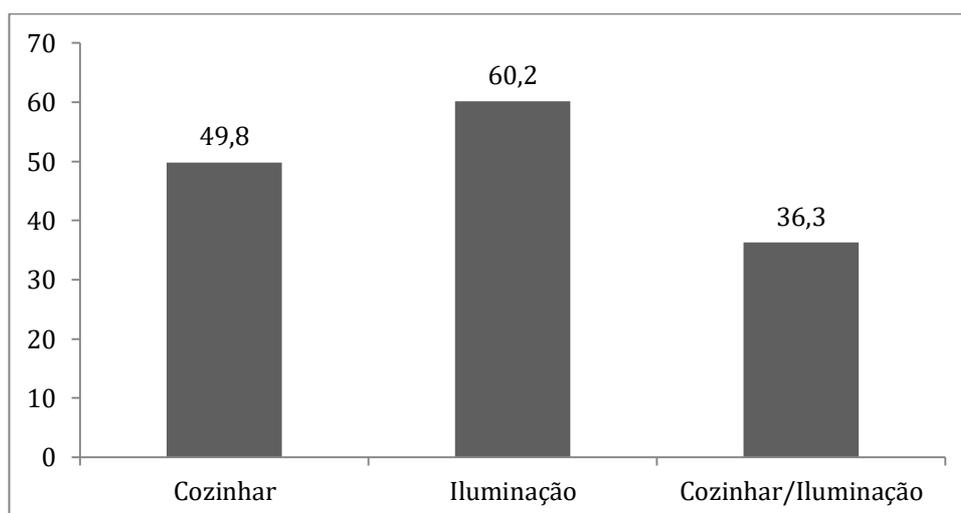


Fonte: INE, 2018.

A Figura 36 mostra mais que da metade dos agregados familiares têm acesso à eletricidade (64%). Sendo 42% na zona urbana e 7% na zona rural.

Nota: Metodologia de cálculo: Quociente entre o número de pessoas com acesso a eletricidade e o total da população, multiplicado por 100.

Figura 37: Distribuição percentual dos agregados familiares por principal fonte de iluminação.

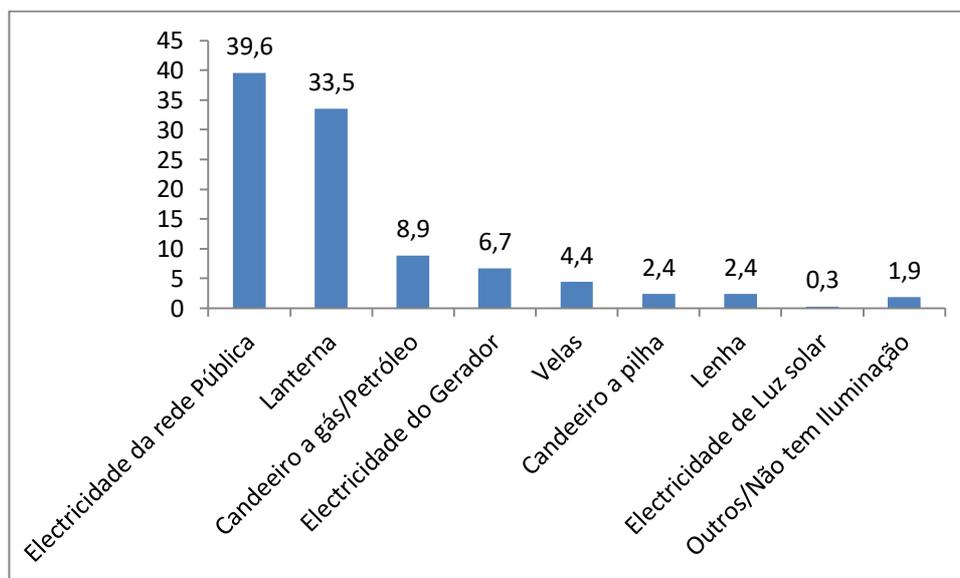


Fonte: INE, 2018.

Nota: Metodologia de cálculo: Quociente entre o número de pessoas com acesso a eletricidade e o total da população, multiplicado por 100.

A Figura 37 mostra que menos da metade dos agregados familiares têm acesso à iluminação, como podemos observar 49,8% cozinhar, 69,2% iluminação e 36,3 cozinhar/iluminação.

Figura 38: Percentagem de agregados familiares que usam energia renovável 2017.

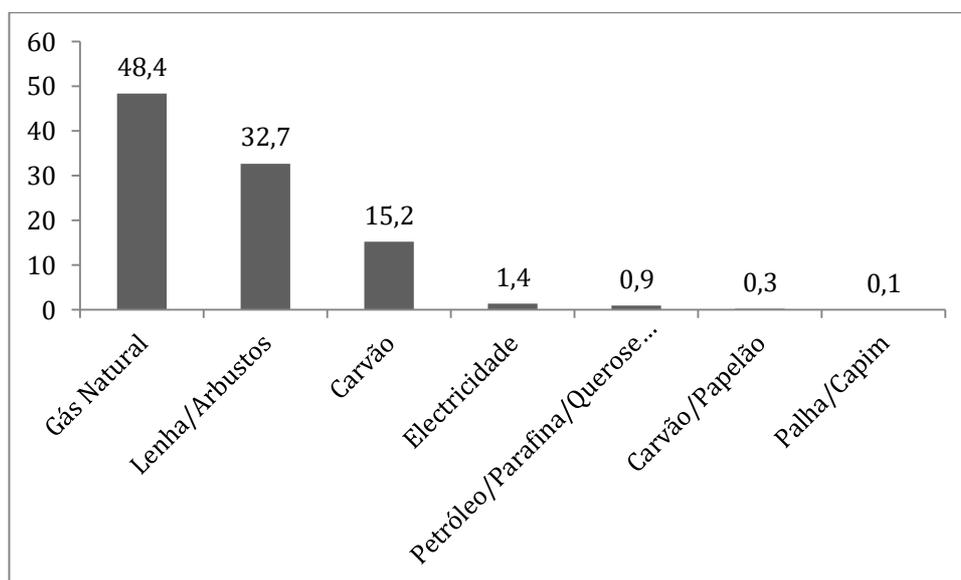


Fonte: INE, 2018.

Nota: Metodologia de cálculo: Quociente entre o número de pessoas com acesso a eletricidade e o total da população, multiplicado por 100.

A Figura 38 mostra que menos da metade dos agregados familiares têm acesso à eletricidade da rede pública 39,6%, usam 33,5% lanterna, 8,9% usa candeeiro, 6,7% usam gerador, 4,4% usam velas, 2,4% usam candeeiro a pilhas, 2,4% usam lenha, 0,3% usam luz solar e 1,9% que não tem iluminação.

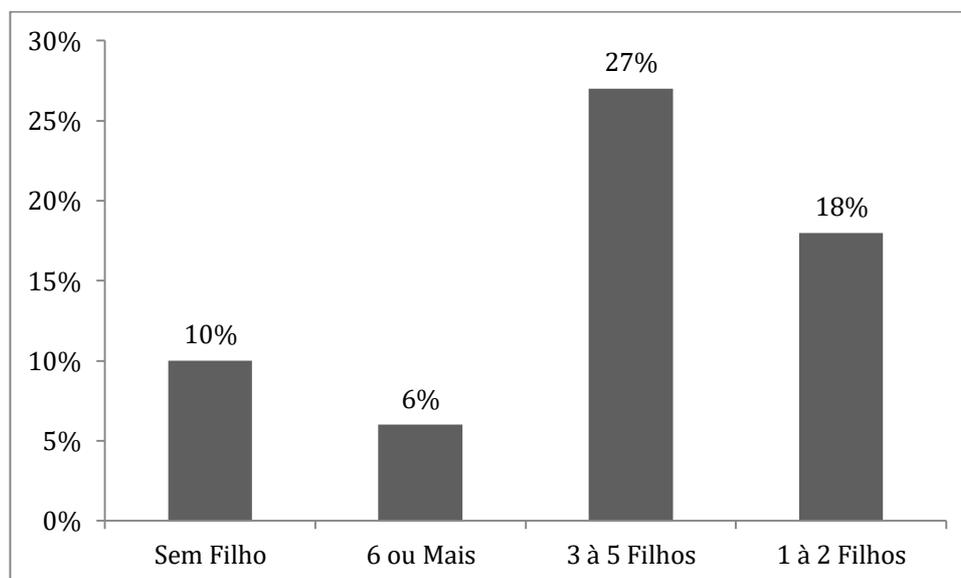
Figura 39; Distribuição percentual dos agregados familiares por tipo de energia usada para cozinhar 2017.



Fonte: INE, 2018.

A Figura 39 mostra que menos da metade dos agregados familiares têm acesso à por tipos de energias usada para cozinhar como podemos observar na Figura 44, 48,4%, usam gás natural, 32,7% lenha, 15,2% usa carvão, 1,4% usam eletricidade, 0,9% usam Petróleo/Parafina/Querosene, 0,3% usam Carvão/papelão e 0,1% usam palha/capim.

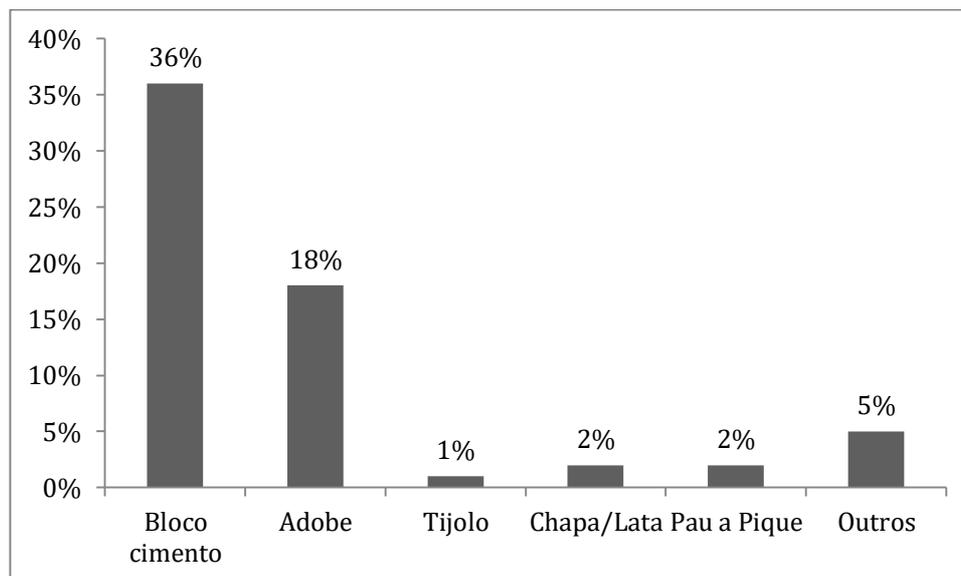
Figura 40: Número de filhos por agregado familiar 2014.



Fonte: INE, 2014.

Quanto a constituição do agregado familiar como podemos observar a Figura 40, cerca de 27 % tem 3 a 5 filhos. Neste indicador é preciso ter atenção que a dimensão da família varia muito em função da cultura africana; obviamente as pessoas mais pobres têm tendência a ter mais filhos, tanto porque o desconhecimento dos métodos contraceptivos para as mulheres como homens, é baixo como porque alguns chefes dos agregados familiares, dispõem de melhores condições. Mas, mesmo assim, cerca de 18% tem 1 a 2 filhos. Foi também factível observar que os chefes dos agregados familiares estão sujeitos a empregos instáveis, sobretudo no setor informal, e as famílias monoparentais (sobretudo chefiadas por mulheres) são frequentes. Cerca de 6% possuem 6 ou mais, filhos e nem sempre os chefes de agregados não possuem condições necessários para os sustentar todos os filhos. Os agregados sem filhos (cerca de 10%) jovens e a maioria com empregos qualificados e maior nível de instrução, que, por opção pessoal, acham cedo ter filhos.

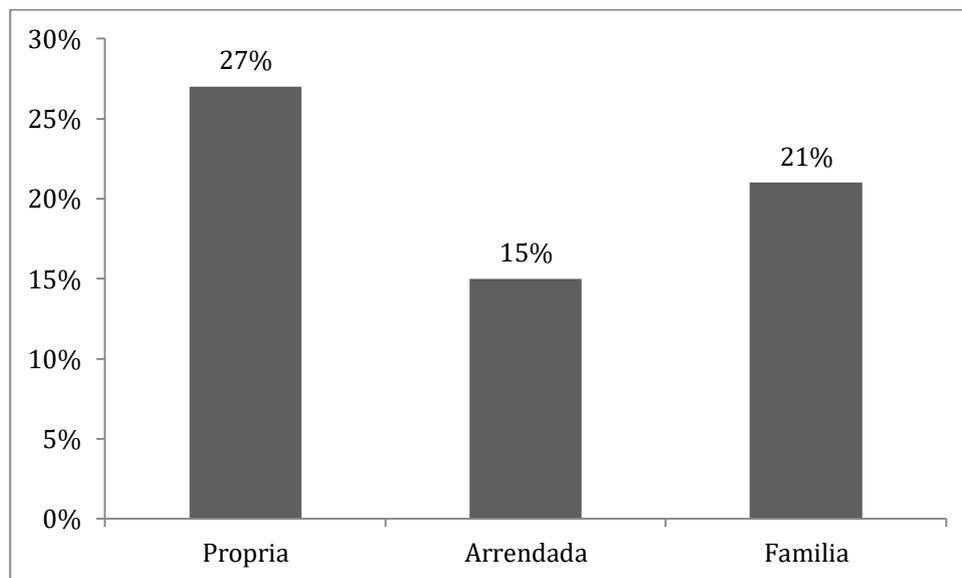
Figura 41: Materiais usados na Construção de Habitação 2014.



Fonte: INE, 2014.

Observando a Figura 41 o cimento ainda é um material de construção não muito acessível (cerca de 36% construiu a sua casa de bloco, 18% têm a casa construída de adobe, obviamente porque é o material mais barato e acessível). Em Outros (cerca de 5%) aparecem pessoas cuja construção das suas casas é feita de cimento e adobe. Apenas uma pessoa diz viver em casa de tijolo, o material mais caro e menos acessível, 1%. As pessoas que vivem em casa de chapa/lata, com cerca de 2% das casas de pau a pique, estão em pequena escala. Observam-se ainda pessoas em situações muito precárias de habitação, em que os materiais usados mais comuns a ser o adobe, chapa/lata, saco. A maior parte das casas pequenas de um quarto, onde pessoas mais vulneráveis em regiões rurais não possuem eletricidade, água potável, nem retretes, ou seja, apresentam as piores condições de habitabilidade.

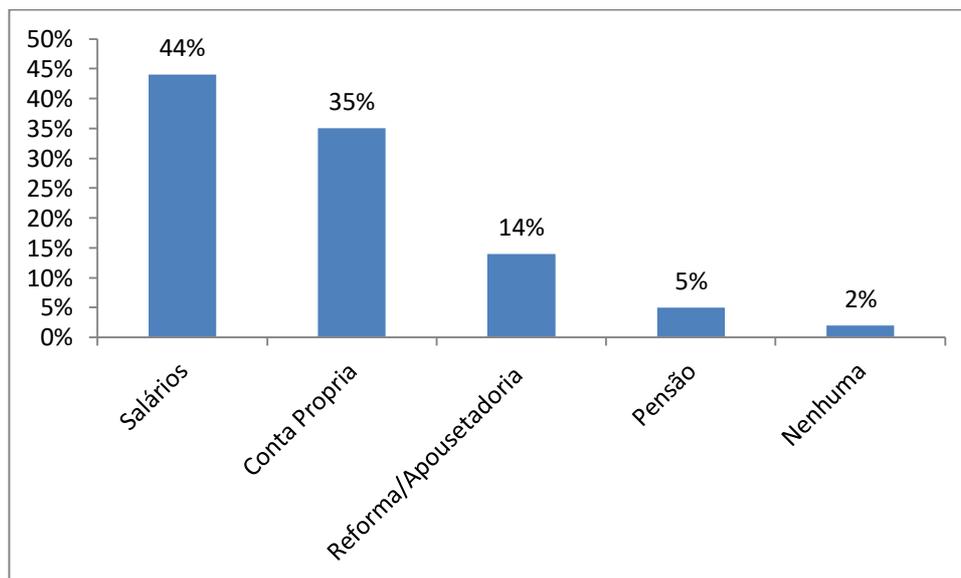
Figura 42: Formas de Habitação 2014.



Fonte: INE, 2014.

A Figura 42 mostra o acesso a casa própria ainda é um problema sério. Segundo o inquérito, cerca de 27% vive em casa própria, pese embora alguns considerarem casa própria como sendo um anexo, ou mesmo um quarto mesmo dentro da casa dos pais. Cerca de 21% vive em casa de família, (pais, irmão, amigos ou pessoas chegadas). Observam-se ainda pessoas adultas, com as suas famílias, vivendo em casa dos pais ou sogros, por falta de dinheiro para comprar ou arrendar casa própria. Cerca de 15% vive em casa arrendada.

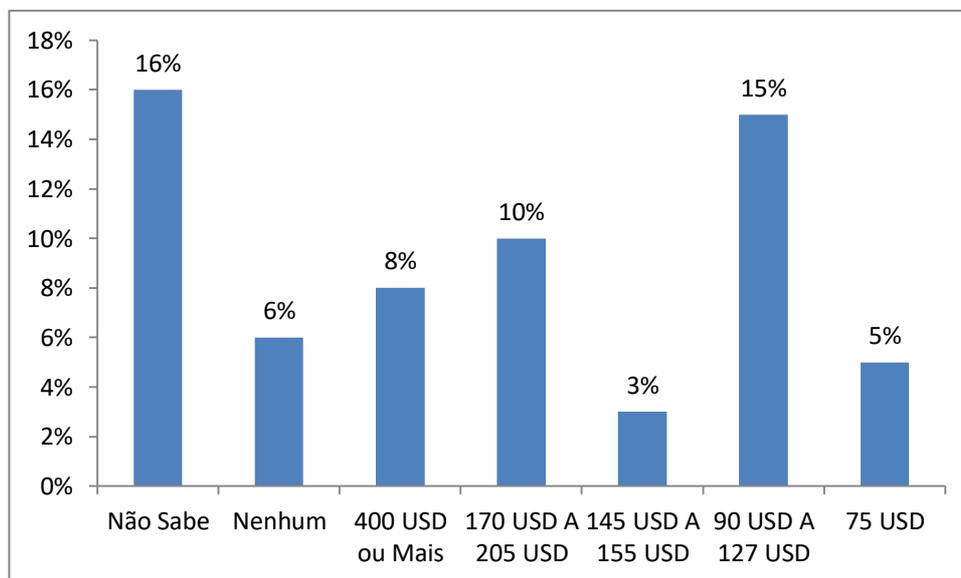
Figura 43: Origem do Rendimento 2014.



Fonte: INE, 2014.

Quanto ao rendimento, cerca de 44 % vive de salário e cerca de 35% vive por conta própria; os pobres são significativamente mais propensos a serem trabalhadores por conta própria, ou seja ligados ao mercado informal, Conforme a Figura 43 mostra.

Figura 44: Valor do Rendimento Mensal 2014.



Fonte: INE, 2014.

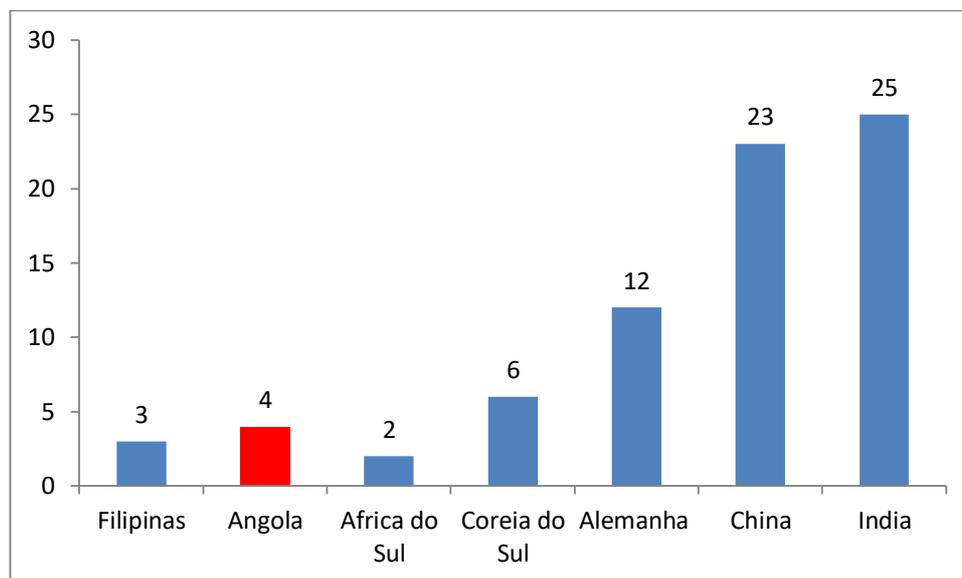
Como podemos observar na Figura 44 o rendimento mensal depende do trabalho que cada pessoa desempenha para suportar as despesas, verificando-se que cerca de 16 % não sabe ao certo quanto consegue ter em mão ao final do mês,

sobretudo entre pessoas ligadas aos trabalhos temporários ou no mercado informal. Por outro lado, os valores variam em função da oferta ou procura do mercado bem como do investimento feito. Relativamente às pessoas trabalhadoras, cerca de 15 % tem um rendimento de 90 à 127 USD; verifica-se que os trabalhadores menos qualificados são os menos remunerados. Já entre os técnicos médios cerca de 10 % auferem um rendimento de 170 à 205 USD. Na categoria de técnicos qualificados ou técnico superior, cerca de 8 % tem rendimentos de 400USD ou mais, variando em função das responsabilidades de cada técnico. Cerca de 6 % não tem qualquer rendimento, encontrando-se nesta categoria jovens e adultos que estão fora do mercado de emprego ou nunca estiveram empregados. 5 % representam o rendimento mínimo à volta de 75USD ou menos, onde encontramos as pessoas com menos qualificação académica. Já os 3% com rendimentos de cerca de 145 à 155USD, correspondem a uma classe intermédia entre os técnicos básicos e os médios.

Em suma como objetivo secundário deste capítulo, isso posto numa linha factível de forma coerente fazer uma digressão sobre o fenómeno da poupança é essencialmente ótima para entendermos na outra vertente o conceito da pobreza em Angola.

Como este capítulo destaca durante a abordagem sobre a caracterização da pobreza em Angola. Desta maneira, é importante entender as teorias que fundamentam este assunto e também como são estruturadas as decisões de poupar das famílias, já que a poupança doméstica é composta pela poupança das famílias juntamente com as empresas e o governo. Sendo assim, os dados extraídos para este trabalho serão constituídos pelos estudos a respeito das famílias angolanas. A poupança é uma alavanca chave para promover o crescimento económico sustentável.

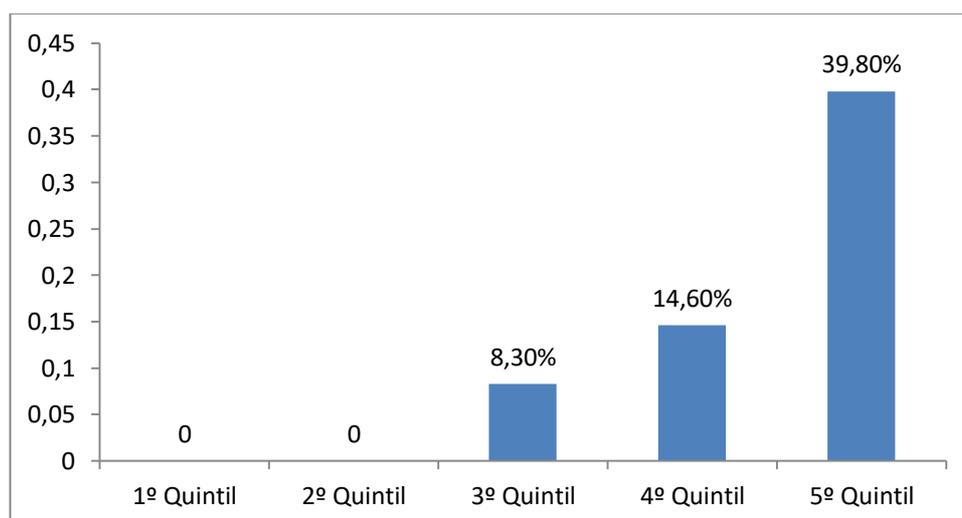
Figura 45: Comparação Internacional da poupança das famílias em % do PIB (2018)



Fonte: BNA, 2018.

Observar-se na Figura 44. Comparando internacionalmente a poupança em Angola tem uma baixa participação das famílias. De fato por motivo taxa de pobreza sendo alta, visto que algumas das famílias angolana não consegue comprar produto da cesta básica, como vão conseguir poupar se a renda não suficiente.

Figura 46: (%) de propensão para a poupança da população angolana 2018.



Fonte: BNA, 2018.

Como podemos analisar na Figura 45. A poupança em Angola é muito concentrada no Estado através da receita fiscal do petróleo, por outro lado a

distribuição assimétrica do rendimento concentra quase a globalidade da poupança na população mais rica em Angola.

Os dados socioeconômicos discutido neste capítulo fornecem informações factíveis sobre os cinco domínios fundamentais de ação da sociedade no espaço: habitar, alojar, Possuir, produzir, comunicar e gerir.

A importância do capítulo em discussão reside nas características particulares da pobreza em Angola, com muito baixa produtividade, incapaz de gerar rendimentos e riqueza suficientes para cobrir as necessidades da população. As análises feitas sobre a pobreza mostra que ela não pode ser explicada, unicamente, como resultado de falha econômica, particularmente, no que concerne a promoção do crescimento económico, mas reflete em larga escala, fluxos acelerados da taxa da pobreza nas áreas rurais e urbanas.

É evidente apresentação dos dados, nota-se a necessidade de aprimoramentos que reduzam as ineficiências resultantes, o que permite o alcance dos objetivos primordiais de promoção da produtividade e redução das desigualdades de sociais dentro de Angola, respeitando-se os princípios de eficiência dos gastos públicos.

Para tanto é notório, na análise as situações de pobreza empreendida anteriormente, não existe correspondência, entre o crescimento económico sustentado e redução da pobreza. Observou-se também que há formas variadas de relacionamento, geralmente refletindo complementaridade e interdependência, entre pobres e não pobres. Uma significativa desaceleração do crescimento, que se projeta para o futuro com preocupante elevação taxa de pobreza e deterioração do quadro social. Para tanto se observa as políticas sociais públicas de natureza setorial, sendo em geral de extensão insuficiente, descontínua e precária nas áreas de concentração de pobreza, distribuem-se desigualmente entre elas, Quando se examina a evolução, nos últimos anos, dos níveis de pobreza crítica, em Angola como um todo.

A dependência familiar das rendas dos chefes de família pobres é um pouco maior do que a dos não pobres em cada uma das situações sociais examinadas neste capítulo, a despeito de ser mais alto, nas famílias pobres, o número médio de pessoas

dependentes em idade ativa. Adicionalmente, essa dependência se eleva, entre os pobres, na zona rural, onde a subutilização da força de trabalho familiar menor.

Efetivamente, a população angolana em geral encontram-se no ciclo vicioso da armadilha da pobreza devido a deficiências materiais e oportunidades limitadas de rendimento; fragilizados relativamente ao mau funcionamento das instituições da sociedade e do Estado; e vulneráveis em relação aos choques adversos, tais como aumentos súbitos de taxa de pobreza, doenças e crime. Ao mesmo tempo, os mecanismos informais de proteção social baseados nas obrigações da família alargada. Para que possa atingir um estágio superior de justiça social há que proceder à identificação e eliminação progressiva dos fatores obstaculizantes .

Atualmente, o acesso aos serviços básicos e oportunidades estão distribuídos desigualmente dentro da sociedade. O acesso aos serviços sociais básicos, nomeadamente, a educação e os cuidados de saúde, essenciais para que o desenvolvimento humano possa ter lugar, são bloqueados pela incapacidade de acolhimento das infraestruturas, pela incapacidade de aquisição de material escolar e medicamentos, e pela necessidade das crianças trabalharem em vez de frequentarem as escolas. As áreas rurais estão muito mal servidas pelos serviços. Isso possibilitará contextualizar melhor, com as regiões de riqueza e de pobreza, as análises que realizaremos nos próximo capítulo.

## **5 CONTRIBUTOS PARA UM MODELO DE PLANEAMENTO DAS POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS DE COMBATE À POBREZA EM ANGOLA**

Contribuir para fazer retroceder a pobreza é uma condição ética que cada indivíduo tem de comprometer-se a sociedade. Para o desenvolvimento deste capítulo, arquiteta-se as seguintes hipóteses para responder as questões a respeito da pobreza em Angola, mostrando que: (1) Apenas as pessoas ricas podem fazer poupança em Angola. (2) O pobre em Angola não consegue fazer poupança devido a alta taxa desigualdade social, problemas estruturais e sociais. (3) Falta de incentivo político para inclusão social e políticas de pleno emprego. (4) Angola, possui problemas estruturais ou seja em todos setores, assim cria dificuldades para o melhoramento dos setores. Na falha ou não funcionamento pleno de um setor prejudica outros setores.

Levando em conta essas hipóteses, não há estratégia de combate à pobreza sem uma nova abordagem do desenvolvimento, o que requer uma clarificação dos objetivos a médio-longo prazos, reunidos as preocupações das mudanças institucionais estruturais, isto pressupõe uma redistribuição substancial dos rendimentos a favor dos pequenos agricultores e produtores do setor informal, prosperidade de meios de produção, (como por exemplo a terra), bem como no acesso ao crédito, ao ensino e à formação profissional e treinamento, aos serviços de extensão, ao fortalecimento do mercado, aos apoio às atividades artesanais e suas incorporações no dia-a-dia das comunidades, entre outros.

Com base na experiência dos últimos anos, há um consenso cada vez maior entre os responsáveis pelas políticas, a nível tanto nacional como internacional, sobre o que resulta e o que não resulta no combate à pobreza. A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento socioeconômico de Angola ainda não apresenta consenso, apesar de que muitos trabalhos científicos demonstram as enormes vantagens da agricultura familiar comparativamente às grandes propriedades rurais. Muitos estudos, realizados a nível internacional como a REAF do MERCOSUL e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (Siteo, 2010). Demonstram que a agricultura familiar tem grande capacidade de gerar empregos e distribuir renda, contribuindo ao desenvolvimento socioeconômico. Tal forma de organização produtiva contribui para a diversificação

do uso do espaço rural e possibilita práticas de exploração agrícolas que preservem o meio ambiente. A favor da agricultura familiar contam, ainda, as inúmeras externalidades positivas decorrentes de seu desenvolvimento, como por exemplo: garante biodiversidade, segurança alimentar, proteção do capital cultural, fortalecimento das relações familiares, contenção do êxodo rural, entre outras. As unidades familiares, são mais produtivas, asseguram melhor a preservação ambiental e são economicamente viáveis.

Para se fazer considerações acerca das possíveis possibilidades da estratégia de combate a pobreza que permitirá inclusão da zona rural em Angola, é necessário, criação do crédito rural em atuar efetivamente como instrumentos de inclusão produtiva. O governo angolano criar uma possibilidade de água e Luz para todos permitirá que famílias pobres rurais tenham acesso a recursos fundamentais para a viabilização da produção agrícola. De um lado a água é fundamental para o desenvolvimento das lavouras e dos animais, de outro, a energia elétrica permite a utilização de equipamentos que podem aumentar a produtividade e até mesmo oportunizar a produção. Ou seja, considera-se que essas medidas possibilitam a obtenção de dois importantes meios de produção para os produtores familiares, tendo o potencial de contribuir para a inclusão produtiva desses. Contudo, criação de programas por exemplo: 1) A instalação de uma cisterna de consumo (de água para beber) na propriedade, teria impactos diretos na produção; 2) Da mesma forma, o acesso à energia elétrica, teria impacto diretamente na produção. Porque ausência de água canalizada e eletricidade na residência. Intensificam a vulnerabilidade dos domicílios extremamente pobres.

Dessa forma, ao possibilitar o acesso à água e à eletricidade, esses programas podem colaborar para a garantia da sobrevivência e dos direitos de cidadania da população rural e, potencialmente, atenuar a extrema pobreza o crédito rural ou demais instrumentos de financiamento, que seria a contrapartida desta maior objetividade custaria em torno de metade dos gastos orçamentais anuais estimados em subsídios aos preços em 2019 (ou 500 milhões USD respectivamente 0,5 % do PIB). Os cálculos do modelo assumem um esquema de focalização ótima.

Conforme mostram os dados analisados no capítulo 4 das comunidades aqui citadas vê-se que a zona rural é onde se localiza a maioria da população pobre.

Então um rápido crescimento da economia rural terá um maior impacto nessa população. Uma agricultura em rápido crescimento é baseada num aumento de produtividade reduzindo assim os custos dos bens alimentares. A redução dos custos dos bens alimentares aumenta o rendimento real dos pobres, urbanos e rurais. A redução dos custos dos bens alimentares permite aos trabalhadores melhorar os seus rendimentos sem aumento do nível salarial, permitindo assim à economia ser mais competitiva nos mercados internacionais. Na verdade, um crescimento rápido na agricultura aumenta o rendimento dos agricultores, permitindo-lhes em troca adquirir bens e serviços. Portanto, o Estado angolano deveria adotar ou desenvolver políticas apropriadas para alcançar o desenvolvimento que iria rapidamente aumentar a produtividade agrícola para os agricultores de pequena escala e diminuir significativamente a insegurança alimentar e a pobreza.

Experiências Internacionais positivas que foram factíveis para o custeio de programas de fortalecimento da agricultura familiar, em muitos países africanos e asiáticos, que conseguiram arquitetar instrumentos e métodos determinada às suas características e eficiente, baseada em concepções pactuado como bancos populares, por exemplo: Money Shops das Filipinas, amortizações diárias para o comércio popular; Bancos Rurais de Gana, com 220.000 poupadores populares; o Grameen Bank de Bangladesh, presente em 4.300 povoados, com garantias solidárias em sua condição de emprestar apenas a quem não tem qualquer garantia convencional; Badan Kredit Kecamatan da Indonésia, com concepção de créditos progressivos (PNUD, 2016).

Na América Latina encontra-se experiência do Brasil por criar um programa em 2011. Brasil sem Miséria é um programa social do governo federal brasileiro, criado na gestão da presidente Dilma Rousseff. O programa de inclusão produtiva rural do PBSM tinha como objetivo promover o acesso a meios de produção essenciais para a efetivação da produção Agrícola, água e energia elétrica atuando, ao mesmo tempo, no enfrentamento de problemas que agravam a pobreza rural: baixa renda, falta de água canalizada e eletricidade na residência. Apesar da ausência de

cursos técnicos, gerenciais ou profissionalizantes capazes de aumentar a qualificação dos agricultores familiares a qual é deficiente e contribui para a intensificação da pobreza rural (IBEG, 2012).

Contudo o governo angolano precisa definir uma estratégia o mais célere possível que espelhe o seu real compromisso na redução da pobreza. Por isso é necessário à criação de políticas públicas de transferência direta de renda para a população pobre. Porque nota-se que a população angolana está em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e fragilização de vínculos relacionais de pertencimento social. Portanto a inexistência de um sistema de serviços integrados de ação social em nível de Angola constitui um grande desafio à proteção das famílias mais pobres em Angola, sendo necessário que o governo angolano atribua maior prioridade a esses fatos sociais.

O Estado angolano criasse na concepção e na testagem de um modelo de transferências de renda mensal de 5000 Kwanza para todos os 13 milhões de domicílios pobres diminuiria a pobreza à metade para 15% e custaria em torno de metade dos gastos orçamentais anuais estimados em subsídios aos preços em 2019 (ou 954 milhões USD respectivamente 0,7% do PIB). Os cálculos do modelo assumem um esquema de focalização ótima. Criar programas que dará a conhecer ao Governo angolano os bons resultados do programa de Transferências de renda em todo o país para conceber as intervenções adequadas ao país e apoiar na planificação e testagem, focado nas famílias mais vulneráveis.

São essenciais o processo de monitoria e avaliação devem ter uma metodologia participativa, consolida o empoderamento de todos os atores para uma governação centrada na justiça social. Esse eventual programa deve estar sujeito a algumas “condicionalidades” que a família é obrigada a cumprir, nas áreas de saúde e educação: manter as crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola; e cumprir os cuidados básicos em saúde, que é seguir o calendário de vacinação para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação.

Em complementaridade com a ação social do Estado angolano, e desenvolver factível novas ferramentas de coordenação e concertação no âmbito da

Municipalização da Ação Social (MAS). Por fim, é necessário fortalecer a capacidade do Governo de trabalhar com a Sociedade Civil, em prol das famílias mais vulneráveis, com a capacitação e o reforço institucional de órgãos-chave e autoridades provinciais e municipais. Isto inclui o reforço de planos curriculares, cursos, plataformas de concertação e partilha de conhecimento, melhoria de ferramentas de trabalho e formação contínua destes profissionais.

Exemplo do Brasil por criar programas bem-sucedidos, como o programa Bolsa Família, pode levar o governo angolano na criação de um programa de proteção social mais robusto e eficiente. O Bolsa Família tem-se mostrado um programa efetivo para redução da pobreza, aumentar a frequência escolar e melhorar os resultados de saúde. Ele possui um sistema transparente de seleção de beneficiários, diversos mecanismos de monitorização e velocidade no pagamento. As condicionalidades em relação à educação garantem a transferência Inter geracional para reduzir a pobreza futura. Uma focalização mais transparente e sua avaliação iriam melhorar. O Bolsa Família é bem conhecido por seu Sistema de informação claro e transparente, fornecendo insumos à focalização. Qualquer um pode ter acesso ao número e localização dos beneficiários e o montante gasto. O critério de seleção é claro e largamente comunicado para todo o país através dos meios de comunicação e esforços de transmissão dos municípios.

Ainda dentro das estratégias de combate à pobreza, é importante destacar o impacto no setor do turismo. Em vários países em desenvolvimento o turismo tornou-se um fator importante como fonte de empregos principalmente para as mulheres. Em Angola, esta atividade ainda requer mais investimentos. O turismo em Angola é basicamente de negócios e está associado ao petróleo, aos diamantes e ao setor de infraestruturas, o turismo de lazer está crescendo lentamente.

A importância do setor do turismo para a redução da pobreza e para facilitar o desenvolvimento de economias menos desenvolvidas e emergentes foi já reconhecida. A importância crescente do turismo para os países em desenvolvimento está estreitamente vinculada ao papel do emprego na promoção dos objetivos de desenvolvimento, particularmente das metas relacionadas ao emprego e à redução da pobreza. As relações entre o turismo e a pobreza são múltiplas e dinâmicas.

É importante reconhecer, no entanto, que o turismo contribui significativamente para o crescimento económico, e ela pode ser uma fórmula automática para a redução da pobreza em Angola. Requer requalificação da zona urbana e rural, para que haja impacto positivo no turismo é necessário o governo angolano olhar essas duas variáveis como eixo do desenvolvimento.

Conceitualizando que a rede urbana estruturada a assegura a integração equilibrada de todo território nas dinâmicas do desenvolvimento, ao mesmo tempo emergem centros urbanos com dimensão e potencial para serem polos de modernidade, inovação e a dinamização da economia nacional porque elas ganham autonomia da base económica nos respectivos territórios.

Por exemplo nas Industriais e principalmente no turismo e por outro lado a zona rural por Estado angolano reforçar as comunidades tradicionais e endogeneização do seu processo de desenvolvimento e preservação dos valores culturais. Por que uma estratégia que privilegia a satisfação das necessidades básicas deve ser articulada com exploração seletiva dos recursos naturais na perspectiva do mercado externo, nomeadamente com um forte setor turístico, para valorização das paisagens e da natureza etc.

Exemplo Internacional: A Espanha é um país exemplar de que pode conseguir um rápido crescimento económico assente no investimento no turismo, criando postos de trabalho.

Outro ponto de fortalecimento para redução da pobreza em Angola, o Estado angolano criar as políticas de desenvolvimento que devam ser sensíveis às condições sociais e económicas dos pobres. O governo angolano criar um programa de seguro desemprego dar assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em critério de dispensa sem justa causa ou paralisação total ou parcial das empresas.

Exemplo Internacional caso brasileiro o Estado criou programa de seguro desemprego cujo objetivo era prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa ou paralisação total ou parcial das empresas. Contudo, talvez pela ausência de uma fonte de financiamento específica para o mesmo, os critérios de pagamento e de acesso a esse benefício foram

bastante restritivos, adicionalmente, a demora no processamento do pedido e na liberação do primeiro pagamento, obrigava o trabalhador a ficar um longo período sem proteção, contrariando os propósitos formais do programa (IPEA, 2006).

A implementação da política do fortalecimento da mão de obra, garantir uma educação profissional especialmente aos grupos da população em desvantagem no mercado de trabalho (desempregados, mulheres, jovens de menor escolaridade e menor renda). Investir no chamado capital humano, carência a superar com políticas de satisfação de necessidades básicas que melhorem a saúde da população, e de educação, capacitação e assistência técnica para aumentar conhecimentos e habilidades.

Levando-se em conta que atualmente mais da metade da população angolana é pobre, e que, em grande parte, essa situação tem origem estrutural, não se pode continuar mantendo a superação da pobreza como programa ou tarefa parcial a cargo da política social, mas sim como objetivo central do desenvolvimento. O desafio é fortalecê-las e disseminá-las, rompendo os gargalos que impedem maior agilidade e capacidade de renovação em certos setores.

É o papel de o Estado desempenhar em prol do desenvolvimento, para que isto ocorra como vimos os dados apresentados no capítulo 4 índices de crianças fora do ensino escolar seria factível o governo angolano criar políticas micro que pode facilitar acesso a educação para as crianças em Angola.

No cenário internacional, o exemplo do Brasil por implementar política de acesso a educação para as crianças, articulada dentro de um projeto nacional pautado pelo conceito de desenvolvimento integral e integrado. O papel do Brasil como uma economia emergente é de um protagonista importante em práticas de enfrentamento da superação da pobreza. As tentativas de organização de creches, asilos e orfanatos surgiram com um caráter assistencialista, com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e as viúvas desamparadas.

Outro elemento que contribuiu para o surgimento dessas instituições foram as iniciativas de acolhimento aos órfãos (RIZZO, 2003). Para tanto o Brasil é um país tem colocado novos paradigmas civilizatórios de desenvolvimento humano, social e

econômico. O exemplo brasileiro vai permitir trazer elementos para pensar a prática pedagógica desenvolvida em Angola na educação infantil e, sobretudo, chamar a atenção para a complexidade das relações que ocorrem no interior dessas instituições.

Ao pensar nos desafios que Angola pode enfrentar mais vai poder contribuir para uma educação que respeite, efetivamente, o desenvolvimento e aprendizado das crianças em Angola. Para que seja factível o governo angolano deve reconhecer que esse espaço merece ser muito mais qualificado e que, ao incluir o acolhimento e a segurança, também precisa ser um ambiente que desperte a emoção e desenvolva a sensibilidade, contemplando, assim, a curiosidade e a investigação dos pequenos infantes.

Para tanto, arquiteta-se dez aspectos-chave para uma educação infantil de qualidade tais como: 1) organização dos espaços; 2) equilíbrio entre a iniciativa infantil e no trabalho dirigido no momento de planejar e desenvolver as atividades; 3) atenção privilegiada aos aspectos emocionais; 4) utilização de uma linguagem enriquecida; 5) diferenciação de atividades para abordar todas as dimensões do desenvolvimento de todas as capacidades; 6) rotinas estáveis; 7) materiais diversificados e polivalentes; 8) atenção individualizada a cada criança; 9) sistemas de avaliação, anotações que permitam o acompanhamento global do grupo e de cada uma das crianças; 10) trabalho com os pais e mães.

Estimulando o desenvolvimento e uma qualidade de vida sustentada economicamente é necessário fortalecimento de salário mínimo. O Estado angolano deve criar políticas públicas que fortalece o salário mínimo. Como fez o governo Boliviano por adotar um modelo econômico social comunitário produtivo, desenhado por Carlos Villegas no ano de 2005, quando o presidente Evo se candidatou à presidência, esse modelo foi fundamental nos dias de hoje por criar política de fortalecimento do salário mínimo que realmente é de 4.200 bolivianos (cerca de 600 dólares) (BIRD, 2018). Bolívia vem demonstrando bons resultados em nichos da "economia limpa", Angola precisa fazer os arranjos institucionais a este modelo porque constitui vantagens que podem ser exploradas para produzir respostas mais coordenadas. Entretanto, há também os pontos de veto e as fontes de resistência que

precisam ser superados, inclusive para que haja desenvolvimento socioeconômico em Angola.

Política de fortalecimento dos investimentos, a fim de incrementar os níveis de investimentos privados, nacional e estrangeiro, o estado angolano precisa criar condições para que o mesmo desempenhe um papel fundamental na reconstrução da base da economia nacional, na promoção de emprego e na redução da pobreza.

Ao refletir sobre o caráter da saúde de Angola é classificada entre as piores do mundo. As principais endemias que assola Angola são a malária, que representa 50% da demanda; a tuberculose; o HIV/AIDS; mortalidade infantil; etc (INE,2014). Considerando que a relevância da saúde para uma trajetória de desenvolvimento nacional que alia competitividade econômica e inclusão social. Considerando as necessidades de assistenciais a saúde, a falta de infraestrutura e financiamento insuficientes, concomitante à implementação da estratégia de regionalização, que representa uma política nacionalizadora, devem ser feitos grandes investimentos na rede, visando à integração de ações de promoção, prevenção, assistência curativa e reabilitação.

A despesa financeira do Estado angolano com a saúde, de 3,3% do PIB, é manifestamente ínfima até em comparação com a média dos países da sub-região, e os 10% do referido montante para investimento não correspondem com os propósitos de uma reforma da saúde que exige uma grande aplicação de recursos iniciais (MINFIN, 2019). Para tanto, a vontade política é fundamental para a captação de recursos necessários para reconstrução da rede, aquisição de meios técnicos, formação de pessoal, importantes elementos para reorganização e gestão estratégica de um sistema de serviços de saúde eficiente. Requer uma descentralização/regionalização em saúde é muito importante porque não é fácil tirar um profissional de Luanda e colocá-lo em Maquela do Zombo. Mas um técnico formado no Uíje não teria problemas em ir para esta localidade (Ministério da Saúde, 2018).

Isso mostra a necessidade de reformas no sistema de saúde de Angola, o qual apresenta enormes deficiências de estruturação e funcionamento, o que leva à baixa resolubilidade dos seus serviços. Um sistema de saúde descentralizado, em uma dinâmica de transferência de recursos e autoridade às suas diferentes instâncias, causa

impacto positivo na gestão e nas diferentes modalidades de atenção. Inclui os postos de saúde, dispensários e centros de saúde, e a regionalização dos serviços de maior densidade tecnológica, como hospitais, atenção ambulatorial especializada e serviços de apoio diagnóstico e terapêutico de referência, mediante a criação de regiões e microrregiões ou áreas sanitárias.

No processo de construção destes espaços territoriais sanitários, há a necessidade de se criarem e implantarem instrumentos e mecanismos que garantam a articulação entre os serviços de saúde dos distintos níveis e diferentes municípios e bairros, num processo dinâmico e flexível denominado referência e contra referência, considerado fundamental para se atingir a equidade, qualidade e integralidade do cuidado. Concomitantemente, há que se pensar não só em estruturas de apoio, como vias de acesso e comunicação, meios de transporte.

Contudo, para que haja êxito regionalização em saúde, o governo angola deve levar em conta as necessidade e considerar as seguintes condições : (a) informação demográfica e epidemiológica da população objeto; (b) realização de um inventário atualizado dos serviços existentes; (c) informação sobre a utilização dos recursos; (d) consenso comunitário sobre as prioridades; (e) conhecimento dos diversos aspectos da acessibilidade aos serviços para corrigir as principais deficiências do sistema e de sua prestação; (f) relação entre formação, pelas entidades educadoras, de graduados nas ciências de saúde e oportunidades de emprego; (g) novos mecanismos de cooperação Inter setorial com planejamento conjunto, controle de qualidade e a avaliação dos serviços. As condições supramencionados, mesmo não satisfeitas a priori, devem ser vistas de forma dinâmica no próprio processo de implementação da estratégia da regionalização.

Exemplo do Brasil, é notável por criar Programa de Saúde da Família (PSF) para todo o país em 2011. A estratégia do PSF propõe uma nova dinâmica para a estruturação dos serviços de saúde, bem como para a sua relação com a comunidade e entre os diversos níveis e complexidade assistencial mostrando assim 94,9% dos 5.282 municípios no Brasil cobre mais de 101 milhões de pessoas por meio de 32.029 equipes de profissionais da saúde, cada uma servindo uma população de 3.500 a 4.000 pessoas (IBGE, 2012).

Esses programas têm como objetivo fundamental de ajudar as famílias mais vulneráveis em Angola, por oferecer melhores condições de vida e minimizar algumas dificuldades sentidas pelas famílias pobres. Projetos visam à aquisição de excedentes da produção da agricultura familiar nas áreas urbanas e rurais, virada para o fornecimento às populações, estimulando o desenvolvimento socioeconômico e uma qualidade de vida sustentada economicamente.

## 6 CONCLUSÃO

Esta monografia teve como objetivo identificar os principais problemas e desafios estratégicos de Combate à pobreza em Angola propondo, ainda que de maneira muito incipiente medidas políticas e de gestão factíveis de solucionar ou reduzir os atuais problemas relacionados com a pobreza, face aos programas desenvolvidos atualmente pelo Estado angolano perspectivando melhorias e sustentabilidade à população em geral.

A pobreza assola a população a nível global, onde os países subdesenvolvidos apresentam os níveis mais baixos indicadores de desenvolvimento socioeconómico e humano no mundo. Se discute muito sobre a redução ou eliminação da pobreza seja ela a médio ou longo prazo para a resolução a questão da pobreza. Segundo estudos do Banco Mundial, acredita-se que haja uma redução da pobreza ainda antes da metade deste século. Os últimos resultados das Nações Unidas mostram que o número de pessoas que vivem abaixo do limiar de pobreza tem diminuído.

Entretanto, torna-se necessário a elaboração de políticas sociais de apoio aos mais vulneráveis. Face aos vários investimentos na agricultura e os avanços na reconstrução nacional que engloba todo o país, designadamente, os programas financiados pelas receitas petrolíferas, na reabilitação de infraestruturas básicas. Portanto nota-se que boa parte da população ainda se vê privada de recursos económicos e com várias dificuldades sociais, nomeadamente a melhoria das condições de vida sistema de abastecimento de água potável, os índices de corrupção, o acesso à energia elétrica, o saneamento básico, a melhoria do sistema de saúde e educação desejável, o emprego de qualidade, etc. A estratégia de combate à pobreza prevê intervenção e melhoria desses setores, mas por razões desconhecidas não têm sido implementados.

A redução da pobreza passa pela ascensão diversos aspetos a ter em conta. Portanto a criação de emprego seria o primeiro passo a ser tomado no sentido das famílias mais vulneráveis gerarem rendimentos a desenvolver localmente. Outras dinâmicas que contemplam a maior integração, responsabilidade social, fortes investimentos na área da educação, uma vez que este setor constitui um elemento

importante na redução da pobreza, a disponibilidade de melhores empregos, acesso ao financiamento para as pessoas mais pobres e com dificuldade em aceder aos créditos e microcréditos, prestando-se também maior atenção ao setor da agricultura e do turismo, que se perfila como um dos setores capazes de aumentar significativamente o acesso ao mercado de trabalho, etc.

Esta monografia levantou pistas de reflexão, identificando alguns desafios que se colocam no âmbito da problemática da pobreza em Angola que contribuem no desenvolvimento social, económico e ambiental para a redução da pobreza da população em geral. Para que a cultura de avaliação seja uma prioridade nacional e seja entendida por todos (políticos e população), como o caminho para uma sociedade mais inclusiva, a sua implementação depende do compromisso do governo para reduzir a pobreza e a vulnerabilidade social em Angola com maior rigor científico e transparência.

## REFERÊNCIAS

ANGOLA. Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. Instituto Nacional de Estatística. **Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola**. Luanda, 2014.

ANGOLA. Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. Instituto Nacional de Estatística. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Relatório de Indicadores de Linha de Base Agenda 2030**. Luanda, 2018<sup>a</sup>.

ANGOLA. Ministério das Finanças. **Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado 2018**. Luanda, 2018b.

ANGOLA. Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. Instituto Nacional de Estatística. **Relatório sobre Emprego: Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde, 2015-2016, 2017b**.

ANGOLA. Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. Instituto Nacional de Estatística. **Recenseamento Geral da População e Habitação, Resultados Definitivos**, (file:///C:/Users/asantos/Downloads/Apresentacao%20Resultados%20Definitivos%20Censo%202014%20V12\_22032016\_19h28..pdf). Censo 2014, Março, Luanda. Sítio consultado em 20 de Novembro de 2016.

ANGOLA. Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. INSTITUTO Nacional de Estatística: **Inquérito Integrado Sobre o Bem-estar da População (IBEP) 2011**.

ANGOLA. Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. INSTITUTO Nacional de Estatística: **Inquérito Integrado Sobre o Bem-estar da População (IBEP) 2014**.

ANGOLA. Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. Instituto Nacional de Estatística. **Recenseamento Geral da População e Habitação, Resultados Definitivos**, (file:///C:/Users/asantos/Downloads/Apresentacao%20Resultados%20Definitivos%20Censo%202014%20V12\_22032016\_19h28..pdf). Censo 2014, Março, Luanda. Sítio consultado em 20 de Novembro de 2016.

ALKIRE, S. & FOSTER, J. “**Counting and multidimensional poverty measurement**”. Oxford Working Paper Series. Disponível em [http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ ophi-wp7.pdf](http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp7.pdf). Consultado em 10 jul. 2014. \_\_\_\_\_. (2009), “**Counting and multidimensional poverty measurement**”. Working Paper, n. 32, Universidade de Oxford/Human Development Initiative (OPHI). Disponível em [http:// www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp32.pdf](http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp32.pdf). Consultado em 10 jul. 2014. \_\_\_\_\_. (2011a), “**Counting and multidimensional poverty measurement**”. *Journal of Public Economics*, 95 (7-8): 476-487 – 2007.

BIRD, G. **International Financial Policy and Economic Development**. London: Macmillan, 2018.

Banco Nacional de Angola. **Relatório do FMI Primavera**, Maio, Luanda. ([http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/detalhe\\_artigo.aspx?idc=175&idi=15544&idl=1](http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=175&idi=15544&idl=1)), 2018.

COWEN, M. P. e SHENTON, R.W. **Doctrines of Development**. London: Routledge – 1996.

CODES, A. L. M. **A Trajetória do Pensamento Científico Sobre Pobreza: Em direção a uma visão complexa**. Brasília: IPEA. (Textos para discussão nº 1332) 2008.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. **A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional**. RAE – Eletrônica, v. 1, n.2, p. 1-12, 2002.

FERREIRA M. E. **Performance económica em situação de guerra: o caso de Angola**. África. **Revista do Centro de Estudos Africanos**, Universidade de São Paulo (São Paulo), n.º 16-17 (1), pp. 135-156, 1975-1992.

Fuchs, Flávio Danni; **Farmacologia Clínica, Fundamentos da Terapêutica racional**; segunda edição, Guanabara Koogan S.A.; Rio de Janeiro 1967.

Fundo Monetário Internacional. **Angola, Relatório do FMI nº 15/302**, Departamento de África, Novembro, Washington, D.C, 2018.

Fundo Monetário Internacional. **Angola, Relatório do FMI nº 15/302**, Departamento de África, Novembro, Washington, D.C, 2019.

HOFFMANN, R. **Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. Estudos Avançados**, v.9 n.24, p.159-172. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, maio/agosto de 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características da população: medidas de desigualdade e pobreza 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

JAMUR, M. et al. **A noção da pobreza frente às desigualdades sociais**. In: CAMAROTTI, I.; SPINK, P. K. (Coord.). **Estratégias locais para redução da Pobreza: construindo a cidadania**. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, p. 18-21. Oficina, 2000.

KOHUT, J. et al. **A nova face da pobreza**. O Correio da Unesco, ano 27, n. 5, p. 17-19, mai.1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 4. ed. São Paulo: 2016.

Mariana, Sagalla Cassol. **POBREZA E SUAS MEDIDAS: Uma análise a partir da Abordagem das Capacitações de Amartya Kumar Sen**. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019. 68p.

Ministério das Finanças de Angola. **Boletim de Estatísticas do Orçamento Geral do Estado**, Gabinete de Comunicação Institucional, Luanda. (<http://www.minfin.gov.ao/PortalMinfin/faces/materiasderealce/orcamentogeraldoestado>), 2013.

Ministério das Finanças de Angola. **Boletim de Estatísticas do Orçamento Geral do Estado**, Gabinete de Comunicação Institucional, Luanda. (<http://www.minfin.gov.ao/PortalMinfin/faces/materiasderealce/orcamentogeraldoestado>), 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Gabinete do Ministro**. Disponível em <http://portalsaude.saude.gov.br/>. Acesso em 27 de abril de 2019.

MYRDAL, Gunnar. **Aspectos políticos da teoria econômica**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

NARAYAN, D. **Voices of the poor - Can anyone hear us?** Washington, DC: The World Bank, Oxford University Press, 2000.

NGULUVE, A. **Educação Angolana: Políticas de Reforma do Sistema Educacional**. São Paulo: Biscalchin Editor, 2010.

NURKSE, R. **Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos** (1952). Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1957.

PNUD. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Um Pacto Entre Nações para Eliminar a Pobreza Humana Relatório de Desenvolvimento Humano**. Relatório de Desenvolvimento Humano. Mensagem - Serviço de Recursos Editoriais, Lisboa, Portugal 2003.

PNUD. **Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência**. Relatório de Desenvolvimento Humano. Communications Development Incorporated, Washington DC, EUA, 2014.

PNUD. **Relatórios do Desenvolvimento Humano**. Disponível em <http://www.undp.org>. Acesso em: 25/02/2012.

ROCHA M. J. A., **Por onde vai a economia angolana? Interrogações essenciais sobre os caminhos da economia angolana**. Luanda, Mayamba Editora, 2011.

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

RICHARDSON, R. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N.. **Notes on the theory of the Big Push**. In: ELLIS, H. S.; WALLICH, H. C. (Ed.). **Economic development in Latin America**., New York: Macmillan 1961a.

ROLIM, Lílian. **O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA/ UNINOVE – CAPE'S**, 2004.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Org. Paula Ione Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SITOE, T. **Agricultura Familiar em Moçambique- estratégias de desenvolvimento sustentável**, Maputo, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNICEF. Situação da Infância no Mundo: **Crianças com Deficiência**. Relatório, 2014.

UCAN - A Economia Angolana. Textos de Reflexão, Universidade Católica de Angola, CETC - Centro de Estudos e Investigação Científica, Lda. Angola 2017 a 2018.

VIEIRA, S.; HOSSNE, W. S. **Pesquisa médica: a ética e a metodologia**. São Paulo: Pioneira, c.1996.

WATTS, A. **Cultura da contra cultura**. Rio de Janeiro: Fissus, 1968.